TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Audiência Pública realizada pela
Comissão de Legislação Participativa,
no dia 17 de agosto de 2005.

2008

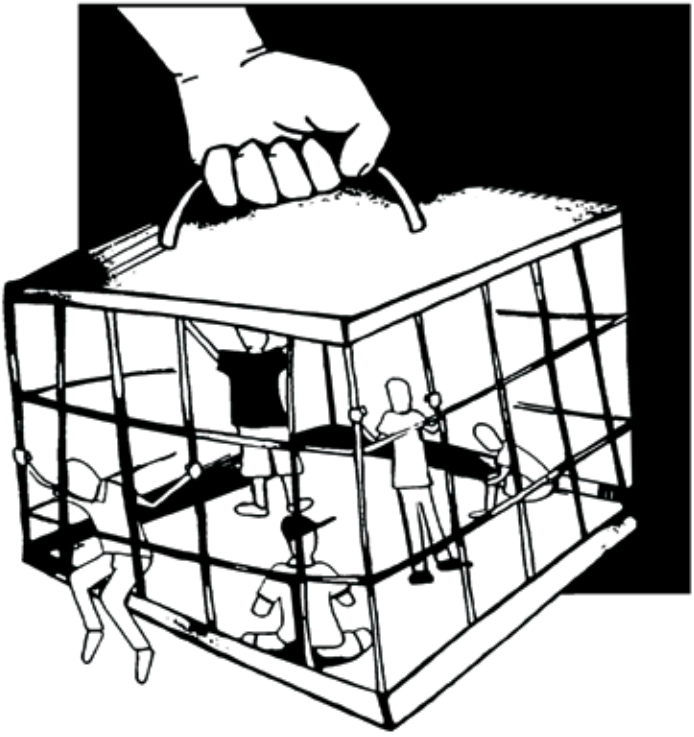
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
http://bd.camara.gov.br

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

Câmara dos Deputados

ação parlamentar

TRÁFICO DE SERES HUMANOS



Comissão de Legislação Participativa

Brasília | 2008

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa
2008

Presidente
Arlindo Chinaglia

Primeiro-Vice-Presidente
Narcio Rodrigues

Segundo-Vice-Presidente
Inocêncio Oliveira

Primeiro-Secretário
Osmar Serraglio

Segundo-Secretário
Ciro Nogueira

Terceiro-Secretário
Waldemir Moka

Quarto-Secretário
José Carlos Machado

Suplentes de Secretário

Primeiro-Suplente
Manato

Segundo-Suplente
Arnon Bezerra

Terceiro-Suplente
Alexandre Silveira

Quarto-Suplente
Deley

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

ação parlamentar

Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Audiência Pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa, no dia 17 de agosto de 2005.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2008

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA
Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA
Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
Diretor Silvio Avelino da Silva

Projeto gráfico Racsow
Capa e diagramação Renata Homem
Ilustração André de Oliveira

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi
Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes
Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810
edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 345

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa.
Tráfico de seres humanos : audiência púbica. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
73 p. – (Série ação parlamentar ; n. 345)

Anais da Audiência Pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa em 2005.
ISBN 978-85-736-5495-0

1. Lenocínio. 2. Violência contra a mulher. 3. Prostituição. 4. Tráfico de crianças. I. Título. II. Série.

CDU 343.43

ISBN 978-85-736-5495-0

Sumário

Membros da Comissão de Legislação Participativa – CLP – 2005 5

Quadro técnico – CLP – 2005 7

Apresentação 9

Audiência Pública: Tráfico de Seres Humanos 11

Lista de participantes 71

Siglário.....73

Membros da Comissão de Legislação Participativa – CLP – 2005

Mesa da Comissão	
Presidente **Fátima Bezerra**	**PT**
Vice-Presidentes **Leonardo Monteiro**	**PT**
Selma Schons	**PT**
Luiza Erundina	**PSB**

Titulares	
Deputada **Fátima Bezerra**	**PT (RN)**
Deputado **Ivo José –** vaga do **PPS**	**PT (MG)**
Deputado **Leonardo Monteiro**	**PT (MG)**
Deputada **Selma Schons**	**PT (PR)**
Deputado **Albérico Filho**	**PMDB (MA)**
Deputada **Almerinda de Carvalho**	**PMDB (RJ)**
Deputado **Wilson Santiago**	**PMDB (PB)**
DEM/PRONA	
Deputado **Vilmar Rocha**	**DEM (GO)**
Deputado **Antenor Naspoli**	**PSDB (CE)**
Deputado **Enivaldo Ribeiro**	**PP (PB)**
Deputado **João Leão**	**PP (RS)**
Deputado **Pastor Reinaldo**	**PTB (RS)**
Deputado **Jaime Martins**	**PL (MG)**
(Deputada do PT ocupava a vaga)	
Deputada **Luiza Erundina**	**PSB (SP)**

Suplentes	
Deputada **Ana Guerra**	**PT (MG)**
Deputado **Vadinho Baião**	**PT (MG)**
Deputado **Olavo Calheiros**	**PMDB (AL)**
Deputada **Laura Carneiro**	**DEM (RJ)**

Quadro técnico – CLP – 2005

Ruy dos Santos Siqueira
Mirna de Castela Carvalho Pessoa
Amilcar Amaral Couto
Gilmar de Morais Bezerra
Mauro Cunha Batista de Deus
Eliana Teixeira Gaia
Hérica Pimentel Brito de Souza
Gilvan Mendes da Silva
Carlos Domingos Bimbato
Ana Kátia Martins Bertholdo
Akimi Watanabe
Admar Pires dos Santos
Eliana Navarro Garcia
Inaldo Barbosa Marinho Júnior
Severino Carrera da Silva
Carlos Des Essarts
George Marcos de Aquino Freitas
José Augusto Barbosa de Pinho
Márcia Abreu da Silva
Maria Aparecida Péres de Abreu
Maria de Jesus Amorim Farias
Marilda Vale da Silva
Maurício Alves Dias

Apresentação

O TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Em 17 de agosto de 2005 realizamos na Comissão de Legislação Participativa, Audiência Pública para discutir o tema do tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças.

O comércio de seres humanos é um doloroso e recente fenômeno. Espécie de atualização da escravatura, vem chamando a atenção pela bifurcação em dois vetores: a exploração sexual e o trabalho forçado, ambos associados ao crime organizado. Esta agressão aos direitos humanos, ressalta os paradoxos de nosso processo civilizatório. Na base do problema estão a prostituição internacional e o tráfico de mulheres e crianças para fins sexuais.

O primeiro inquérito sobre este tipo crime data dos anos 90. Em 2005 já são 86 inquéritos, sendo hoje considerada a terceira atividade ilícita mais rentável no mundo. O mapa do crime revela que os estados de Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo se destacam como fornecedores de mulheres para a Espanha, Portugal, Suíça e Argentina, principais locais de destino do tráfico humano. São enormes as dificuldades de combater esses crimes de natureza transnacional, envolvendo mulheres jovens de pequenas cidades, em geral com histórico de prostituição e gravidez precoce. Vítimas, portanto, do círculo vicioso da exclusão social, que se deixam seduzir pela perspectiva de atividades bem remuneradas no exterior. Histórias que quase sempre terminam em amargas experiências de sujeição em trabalho sexual forçado e cárcere privado.

Os debates apontaram a necessidade de se montar práticas institucionais capazes de oferecer serviços de prevenção e de atendimento às vítimas. O que aponta para uma tomada de posição dos poderes legislativo, judiciário e executivo, com vistas à reversão desse quadro. Releva-se aqui o papel do Estado, na gestação de formas de proteção e prevenção da degradação de nossas crianças e mulheres, vítimas do tráfico para fins sexuais.

Diante da gravidade do problema, os debatedores ressaltaram a urgência de maior fiscalização nas fronteiras e, principalmente, a formulação de políticas públicas voltadas para promover o acesso a emprego, saúde e segurança, de modo a fornecer condições de vida às potenciais candidatas ao tráfico humano. A contribuição dos debatedores convidados foi fundamental para que pudéssemos traçar, através do diagnóstico apresentado, o quadro aproximado da situação. Esperamos que a leitura deste texto leve cada um/a de nós a nos comprometermos em buscar formas de interromper este novo e perverso tráfico humano que agride a dignidade humana. Sua gravidade nos desafia a refletir e buscar formas de coibir a aquisição e aceitação de serviços sexuais.

Deputada Fátima Bezerra
Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em 2005.

Audiência Pública: Tráfico de Seres Humanos

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Boa tarde. Na qualidade de Presidenta da CLP, declaro abertos os trabalhos da 11ª reunião ordinária de audiência pública desta Comissão nesta Legislatura.

A presente reunião foi convocada nos termos regimentais, por iniciativa da nobre Deputada Luiza Erundina, para debater a problemática do tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças. Dando prosseguimento aos trabalhos, desde já agradeço a todos o comparecimento.

Convido para compor a Mesa, em primeiro lugar, a Sra. Marina Oliveira, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Justiça e Coordenadora do Programa Medidas contra o Tráfico de Seres Humanos no Brasil; o Sr. Eriosvaldo Renovato, Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal; a Sra. Priscila Dulce Dalledone Siqueira, Articuladora da ONG Serviço à Mulher Marginalizada; Conselheiro Hélio Póvoas, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores; Sra. Aparecida Gonçalves, Diretora da Subsecretaria do Monitoramento de Programa e Ações Temáticas.

Temos como convidado o Deputado Nelson Pellegrino, do Partido dos Trabalhadores, pelo Estado da Bahia, que já comunicou à Comissão que vai se atrasar um pouco em virtude de ter comparecido a compromisso previamente assumido.

Queremos também chamar o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Coordenador Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Queremos esclarecer aos ilustres convidados e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição, e, por isso mesmo, solicitamos às pessoas que, ao falarem, se identifiquem ao microfone.

A metodologia que iremos adotar é de que cada convidado disporá de 15 minutos para o seu pronunciamento. Sugerimos que durante a exposição os convidados não sejam aparteados, o que poderá ser feito apenas na fase dos debates. Após as exposições passaremos imediatamente à fase de debates, quando os Parlamentares e os demais presentes poderão fazer suas interpelações aos expositores. Para tanto deverão fazer previamente sua inscrição.

O tempo destinado aos que queiram fazer interpelações será de 3 minutos.

Vamos dar início à nossa audiência pública. Queremos registrar, com satisfação, a presença – além da Deputada Luiza Erundina, autora da proposição da audiência pública – do Deputado Vadinho, que muito nos honra, pelo PT de Minas Gerais.

Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Eriosvaldo Renovato, Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal. Sa. dispõe de até 15 minutos.

O SR. ERIOSVALDO RENOVATO – Senhoras e senhores participantes desta audiência pública, sou Eriosvaldo Renovato Dias, Delegado da Polícia Federal, Chefe da Divisão de Direitos Humanos, responsável pela estratégia de combate ao tráfico de seres humanos no Brasil. Eu assumi a Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal em agosto do ano passado, quando aquela divisão tinha como principal demanda o serviço de proteção ao depoente especial, de tal modo que pouco se tinha feito nessa área para combater esse fenômeno. Como é sabido, o tráfico de seres humanos é um fenômeno recente, mas que cresce assustadoramente no mundo e, por que não dizer, no Brasil encontra solo fértil.

Eu investigo esse tipo de crime há aproximadamente 5 anos, ou melhor: eu o investiguei durante 4 anos. Há um ano que cuido somente da estratégia, da política de combate. Mas trabalhei na ponta, investigando pessoalmente esse tipo de crime, de tal sorte que

conheço bem como funciona as redes de tráfico, o modus operandi, como ocorre o aliciamento das mulheres, porque tive oportunidade de entrevistar, em razão do ofício, mais de uma centena de mulheres egressas de prostíbulos europeus. Essa experiência me possibilita estar falando e passando para V.Exas. um pouco do que conheço sobre o assunto.

Aportando aqui em Brasília e assumindo a Divisão de Direitos Humanos, logo em seguida passei a identificar as parcerias que daí em diante me dariam um norte para que eu pudesse bem desenvolver esse trabalho. E então, com a Secretaria Nacional de Justiça, na pessoa da Sra. Marina; com a Academia Nacional de Polícia Federal, na pessoa do Dr. Fernando, que é o Coordenador de Altos Estudos da Academia; com a OIT, na pessoa da Dra. Cláudia Dias; com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e algumas ONGs, enfim, com todos esses parceiros envolvidos, tivemos oportunidade de fazer estudos, debates e conhecer com um pouco mais de profundidade esse fenômeno no Brasil.

A propósito, quero deixar claro que, não fosse o esforço hercúleo desses parceiros, seria muito difícil o trabalho da Polícia Federal, porque hoje esta mos capacitando policiais em todo o Brasil graças a essa parceria.

Como vocês podem bem notar, no início da década de 1990 surgem os primeiros inquéritos policiais instaurados com o objetivo de investigar tráfico de mulheres para fins de exploração comercial na Espanha, Portugal, Suíça etc., considerados principais países de destino. É bom deixar claro que esses são os principais destinos, mas que há outros países, inclusive a Argentina, que é país tanto de origem quanto de destino. Já tive oportunidade de investigar casos de mulheres aliciadas para Mar del Plata.

Esse gráfico demonstra, desde o início de 1990 ao final de 1994, o número de inquéritos instaurados no Brasil para investigar esse tipo de crime. Em 1990 foi instaurado o primeiro inquérito policial; daí eu poder afirmar que é um fenômeno recente com investigações igualmente recentes pelo Departamento de Polícia Federal.

Algumas denúncias foram colhidas a partir de novembro do ano passado, denúncias recepcionadas por mim, via telefone do meu

gabinete ou por intermédio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Justiça ou por e-mail.

Podemos perceber que os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí e Roraima, nesse período, não foram objeto de qualquer dessas denúncias. Isso não significa dizer que não tenha ocorrido tal crime nesses Estados. Recentemente, fruto de uma ação da Polícia Civil do Estado de Roraima, conseguimos desbaratar uma quadrilha que levava mulheres para a Guiana Inglesa para servirem aos garimpos.

Não sei se todos puderam notar, no gráfico anterior, a posição do Estado de Goiás como principal praça de aliciamento no Brasil; em segundo lugar figura o Estado de São Paulo, também com números consideráveis.

Esse é o número de inquérito instaurados nos últimos 5 anos. No ano passado foram 72 inquéritos. Este ano já se somam 86 inquéritos, de novembro de 2004 a agosto de 2005. O Estado de Goiás continua como principal praça de aliciamento, enquanto em São Paulo o número vem crescendo de forma assustadora.

Essas são as operações protagonizadas pela Polícia Federal nesse mesmo período. Vemos aqui a Operação Mucuripe, que tirou de circulação os Srs. Oliver Frank Gunther e Sigmund Stille. Este último, alemão, possuía uma página na Internet e contava com o apoio do Sr. Oliver Frank no Brasil. Ambos aliciavam mulheres e as apresentavam via rede de computadores.

A Operação Castelo foi fruto de investigação no Estado de Goiás e desarticulou também uma grande rede que mandava mulheres para a Espanha e os Estados Unidos. Para nossa surpresa, nessa operação conseguimos monitorar e, ao final, prender um policial federal e a esposa, dona de uma agência de turismo.

A Operação Andaluz, protagonizada pela Superintendência do Rio Grande do Sul, também desarticulou um grupo de 3 pessoas que operavam nos Estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A Operação Castanhola, no Estado de Goiás, partiu de uma dessas denúncias. Aproveito a oportunidade para dizer que essas denúncias começaram a aportar na Divisão de Direitos Humanos no momento em que a Secretaria Nacional de Justiça criou um escritório

no Estado de Goiás para receber denúncias e recepcionar vítimas do tráfico. A temática foi difundida de tal modo que fortaleceu nosso trabalho, encorajando parentes das vítimas – porque dificilmente as vítimas são delatoras – a denunciarem os aliciadores. A operação obteve sucesso. Agimos juntamente com Espanha e Portugal. Essa operação simultânea resultou na prisão de 7 aliciadores em Anápolis e de outros tantos em Portugal e Espanha. Inaugurou-se, então, um novo tipo de investigação do tráfico de mulheres no Brasil.

A Operação Babilônia é mais recente. Conseguimos prender seis pessoas, e apenas uma ainda está foragida.

Vemos aqui os Estados do Brasil onde foi identificado tráfico de mulheres. Parece-me que apenas em Alagoas e Sergipe não temos nenhum caso.

Enumeramos aqui as dificuldades enfrentadas na investigação: as características do crime, por se tratar de crime transnacional; o preconceito do agente investigador, já que o agente da Polícia Federal não tem intimidade com esse tema, até porque somente agora a Academia Nacional de Polícia o inseriu na grade curricular do curso de formação dos policiais federais – o preconceito é considerável, e sempre digo ser necessário desconstruí-lo no âmbito das polícias; a não-colaboração da vítima, fato até compreensível – a vítima não colabora quando está na iminência de sair ou quando do seu retorno, porque tem receio de represálias; a invisibilidade do crime.

Realmente, a situação é complicada. O tema é recente e pouco se sabe sobre o assunto.

Temos aqui as motivações da aliciada. Na conversa que mantivemos com as vítimas identificamos a desestruturação familiar, a oferta de dinheiro fácil – aí entra a ambição – , a falta de perspectiva num País onde não há emprego, a desinformação. Via de regra, são mulheres das região periféricas dos grandes centros, e muitas delas já possuem histórico na área da prostituição. É, enfim, a pobreza.

As motivações do aliciador são: possibilidade de ganho fácil; ineficácia da repressão, por se tratar de crime de difícil elucidação. Hoje, se não se trabalhar com inteligência, não se alcança as redes. Pode-se pegar um deles, mas não toda a rede. E mais: alta rentabilidade; impunidade em razão das dificuldades que citamos e da

corrupção que às vezes paira em todas as áreas do funcionalismo público, com as devidas exceções.

Falei em alta rentabilidade e também no ganho fácil. Todos sabem que o tráfico de seres humanos é tido como a terceira atividade ilícita mais rentável no mundo, e ela pode vir a ganhar mais espaço e ocupar o primeiro lugar, tendo em vista o baixo risco e a alta rentabilidade.

Essas imagens mostram as rotas identificadas não por mim, mas por quem fez a pesquisa, a PESTRAF. É óbvio que algumas dessas rotas eu reconheço porque já investigadas por mim, mas outras desconheço.

Obrigado. Estou aberto às discussões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Obrigada, Sr. Eriosvaldo.

Antes de passar a palavra à Sra. Marina, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Justiça e Coordenadora do Programa Medidas contra o Tráfico de Seres Humanos no Brasil, registramos a presença do Deputado Leonardo Monteiro, 1º Vice-Presidente desta Comissão, bem como a do Deputado Antenor Naspolini, do Ceará, também membro da Comissão.

Com a palavra a Sra. Marina, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. MARINA OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Início agradecendo o convite da Comissão, na pessoa da Presidenta e da Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento para que este espaço fosse aberto a fim de tratarmos do tema tráfico de seres humanos, especialmente de mulheres e crianças.

No Ministério da Justiça existe um programa de cooperação técnica internacional em andamento desde 2001, mas que acabou ganhando seu momento a partir de 2003 em virtude de uma série de conjunturas nacionais e internacionais que têm atuação voltada para 4 Estados específicos: Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Eles foram escolhidos por se tratar de um projeto de cooperação técnica e por começarmos a atuar num tema tão complexo como esse, em que havia necessidade de se escolher um foco para desenvolver a experiência de como agir na ponta em diferentes áreas e não nos perdermos. Então, foram escolhidos os Estados de

São Paulo e Rio de Janeiro por abrigarem os dois maiores aeroportos do País e pela sua estratégia de saída para a Europa, enquanto em Goiás e Ceará a PESTRAF indicou haver muito aliciamento. De lá para cá Goiás acabou despontando como o Estado de origem muito mais freqüente do que se imaginava à época da realização da PESTRAF, primeira pesquisa nacional sobre o tema que apontou as rotas do tráfico no Brasil e que serviu de base para a CPMI que apurou a exploração sexual.

Então esse projeto tem como vertentes principais de ação: a capacitação dos operadores de direito, incluídos os policiais, promotores, juízes e também pessoas de organizações não-governamentais que atuam no atendimento às vítimas; a prevenção, mobilização e uma série de outras temáticas; o corpo técnico de assistentes sociais e psicólogos e demais profissionais que na estrutura estadual realizam atendimento jurídico e psicossocial a fim de se construir uma rede de atendimento. Além dessa vertente, cito a conscientização, que inclui campanhas, distribuição de informações sobre o tema na mídia, uma vez que é muito importante a discussão ganhar a sociedade. A terceira vertente de ação do projeto é a criação de um banco de dados nacional sobre o assunto, falha nossa e que representaria o coroamento de um longo processo de diálogo com diferentes parceiros de diferentes áreas, como de prevenção, atendimento e policial propriamente dita, como o Dr. Renovato já detalhou aqui. Além disso, há a vertente de pesquisa e diagnóstico, isto é, o levantamento de informações, ponto nevrálgico desse enfrentamento ao tráfico de seres humanos. Como se sabe, à medida que nos qualificamos para esse debate, conhecemos melhor o tema; passamos a ver como as coisas acontecem e percebemos que há interface muito grande entre vários temas, os quais são extremamente pantanosos, eu diria, como pobreza, geração de emprego e renda – infelizmente, um sério problema do nosso País – , moralidade, prostituição; e aí podemos também incluir o gênero.

O aliciamento ocorre principalmente no interior do Estado de Goiás, em cidades com 25, 30 mil habitantes. É impressionante! Lembro-me de que em 2004, quando tive oportunidade de estar em Portugal, a polícia judiciária portuguesa nos expôs específica investigação na fronteira de Portugal com a Espanha, onde se

concentram algumas casas de prostituição, que acabam por absorver as mulheres. Das 80 mulheres resgatadas nessa operação, a maioria tinha procedência da pequenina cidade de Rubiataba. Não sei se as pessoas aqui são familiarizadas com Goiás, mas como sou goiana, conheço bem aquela cidade, fiquei impressionada e me perguntei: Como? Rubiataba? Como essas mulheres podem estar aqui? Como uma cidade como esta pode servir de celeiro de aliciamento dessas mulheres?

Mais tarde, a revista Veja publicou matéria sobre outra pequena cidade de Goiás, Uruaçu, a 200 quilômetros de Brasília. E, à medida que as notícias circulam, notamos vários aspectos: um deles é o histórico muito freqüente de gravidez na adolescência, de mulheres que se tornaram mães muito jovens e que por uma série de fatores, de estereótipos da sociedade em que vivem, acabaram se tornando um estorvo e sem possibilidades reais empoderamento por outras vias que não o da própria sexualidade. Ou seja, é um círculo vicioso dentro de um processo que precisa ser discutido de forma bastante ampla.

Na realidade, as pessoas que caem nas redes de aliciamento são o produto final de um longo ciclo de exclusão social. O trabalho que estamos fazendo na ponta, como o Dr. Renovato bem apontou, é extremamente difícil, porque mesmo que se resgatem essas mulheres – aqui na platéia vemos pessoas como a Dalila, da ASBRAD, de Guarulhos (SP), que desde 1997 presta atendimento no aeroporto a pessoas que retornam dessa situação – , sabemos que 90% delas querem voltar para as redes de aliciamento, independente da exploração e da violência a que são submetidas.

Trabalhar com esse público é muito mais complicado do que trabalhar ao longo dessa cadeia de causalidade desse problema. Precisamos ter isso sempre em mente e tentar ao máximo articular políticas e pensar de forma global e integrada, porque o aliciamento envolve corrupção, moralidade e exclusão social, conforme já havia comentado, resultado de uma série de crônicos problemas sociais. Daí a dificuldade de lidarmos com isso. Mas não podemos fugir da responsabilidade de atuar também com as pessoas que já caíram nessa rede e realmente são difíceis de se trabalhar no processo de atendimento.

Em face disso, desde 2003 o Ministério da Justiça tem fomentado junto aos Estados a perspectiva de criação de serviços de atendimento e de prevenção. Nessa caminhada, percebemos que existem grandes dificuldades para que esses serviços tenham efeito. Uma das questões centrais para que de fato isso aconteça de forma eficaz é a integração entre e a polícia e o serviço de atendimento, não só no sentido de juntos discutirem o mesmo problema, mas de caminhar para terem uma perspectiva conjunta. Mas nem sempre aquilo que é interesse direto da polícia numa investigação será interesse direto de quem trabalha no atendimento. Isso é um fato. Cada um tem uma função, mas quem consegue estabelecer parceria, que seja efetiva. Se se consegue, com as mesmas pessoas, desenvolver essa relação de confiança, vai-se avaliar caso a caso o que fazer, porque, na realidade, a polícia acaba sendo uma das instituições que mais sofre com a falta dessa retaguarda.

Hoje em dia, independente de quaisquer problemas que possa haver na parte repressiva, como o Dr. Renovato informou, na estrutura, etc., o órgão que mais se aproxima dessa pessoa que está sendo traficada é a polícia, que tem o contato com essa vítima, que acaba conhecendo essa mulher, essa pessoa, esse travesti, seja lá quem for. A polícia acaba fazendo papel institucional que não é o seu, papel de psicólogo, assistente social, não só de investigador, o que lhe cria fragilidade muito grande.

É essencial ter essa retaguarda nesse serviço, mas para isso é preciso que se estabeleça essa perspectiva conjunta dos objetivos.

Do ponto de vista positivo, o Brasil já avançou muito na elaboração dessa perspectiva, e os problemas que enfrentamos ao longo do caminho têm sido muito importantes para nos fazer refletir e mudar nossas práticas institucionais e mesmo pessoais. Muitas vezes, vê-se uma pessoa sendo traficada e pensa-se que seria tão bom se ela largasse a prostituição e tivesse um emprego ou trabalhasse de manicure ou cabeleireira. Mas isso é sonho de salvador, não estamos aqui para salvar ninguém, o Estado não deve ter esse tipo de julgamento moral, afinal de contas somos um Estados laico, embora, às vezes, não o sejamos.

Essa é uma questão muito importante. O que queremos com esse atendimento, com esse serviço? Retirar as pessoas da prostituição?

Não. Prostituição não é crime, e até onde me consta é escolha de cada um, embora existam pessoas que digam que não é possível fazer-se essa escolha.

Existem pessoas que argumentam o contrário, nem o movimento feminista conseguiu chegar a um consenso sobre isso. Não é essa nossa perspectiva, e sim tentar viabilizar um outro projeto de vida, tentar reduzir a exposição dessa pessoa às violações de direitos humanos de diversas formas.

A opção individual de continuar ou não na prostituição é de cada um. Pode ser que ao final de tudo a pessoa conclua que é melhor, sim, prostituir-se em Portugal do que no Brasil. É o direito de ir e vir de cada um. Da mesma forma que a emigração, buscar uma vida melhor também é algo legítimo.

Também é nossa preocupação sempre debater as questões subjacentes para que em nenhum momento empunhemos bandeira que sirva para encobrir interesses que, às vezes, não são nossos, porque não é nosso papel decidir se a pessoa pode ou não migrar. Afinal de contas, o Brasil é formado por imigrantes, então, como podemos legitimamente dizer que não se emigre. Se não fossem os imigrantes, não estaríamos aqui. A maioria de nós é descendente de imigrantes, eu também sou. Aqui no Brasil, imigrantes nordestinos construíram Brasília, São Paulo, enfim, estão em todos os lugares do Brasil. É questão para se pensar.

Estamos terminando a execução desse projeto do qual estou falando e vamos iniciar a negociação de novo projeto, cuja implementação deve ocorrer em outubro. Uma série de novos projetos na área de tráfico estão chegando. A USAID está financiando o projeto com a ONG Partners na área de abrigamento, tratando do tema da criança e do adolescente, mas voltado mais para essa área de assistência.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos tem uma série de políticas coordenadas para a área de exploração sexual. A SENASP, conosco, e a Academia Nacional de Polícia desenvolvem grande esforço para capacitar nossos policiais para esse tema. Quanto mais se discute esse tema, quanto mais lemos, mais temos dúvidas e vemos como ele é complexo e que não é simples agir nesses casos.

O Congresso Nacional deu enorme contribuição em relação ao combate ao tráfico no momento em que aprovou nova redação para o art. 231 do Código Penal, ampliando o tipo penal, criando o tipo do tráfico interno, que não existia antes e é importantíssimo – sua criação constituiu grande vitória porque sabemos que as coisas começam muito antes de a pessoa atravessar a fronteira deixando o Brasil e que dentro do nosso País existe um tráfico muito intenso, principalmente de adolescentes, o que é muito sério. Se, por um lado, há uma grande discussão sobre prostituição de pessoas com idade a partir de 18 anos, por outro, ninguém tem dúvida de que é crime a exploração sexual de pessoa com idade inferior a 18 anos. Então, essa contribuição foi muito importante, tanto quanto outras.

Conseguimos também, graças a todo o esforço empreendido e à conjuntura internacional de dar muita atenção à questão do tráfico, incluir no plano plurianual, que vige desde 2004 e vai até 2007, duas ações específicas de tráfico de seres humanos dentro do orçamento do Ministério da Justiça. Infelizmente, neste momento ainda somos dependentes de recursos internacionais, como o financiamento da USAID e da OIT, e de projetos internacionais, como o que o Ministério da Justiça tem com o UNODC, além de outros, para que possamos efetivamente ter ação nessa área. A longo prazo, o Brasil precisa assumir esse tema como item permanente da sua agenda. Esses projetos são essenciais para fomentar a prioridade, para mostrar que, de fato, o Governo brasileiro precisa se preocupar com a questão e assumir, dentro do seu orçamento, dentro do seu Tesouro, esse tema como item tanto de direitos humanos quanto de segurança pública.

Agradeço e coloco-me à disposição para responder a perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Em virtude de compromisso a que preciso atender agora, em que vou, inclusive, representar esta Comissão, peço ao Deputado Leonardo Monteiro, 1º Vice-Presidente da Comissão, que assuma a coordenação dos trabalhos.

Farei um esforço no sentido de voltar a tempo para o encerramento da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Passo a palavra ao Sr. Conselheiro Hélio Póvoas.

O SR. HÉLIO PÓVOAS JÚNIOR – Boa tarde a todos.

Creio que me caberia em primeiríssimo lugar congratular-me com esta Comissão pela iniciativa de realização deste evento que nos permite – membros de diversos segmentos de diferentes Poderes da República, representantes de ONGs e o público em geral – ter este diálogo franco e aberto sobre um assunto cuja complexidade e multidisciplinaridade, como já abordado por meus antecessores, faz com que cada um tenha algo a dizer.

Represento o Ministério das Relações Exteriores. Chefio a Divisão de Assistência Consular, o que faz com que esteja sobre meus ombros um universo de 6 milhões de brasileiros.

Como todos temos acompanhado pela imprensa e até mesmo por alguns estudos acadêmicos, tornamo-nos, a partir dos anos 80, um país também de imigração, o que alguns até passaram a considerar um chavão, um clichê. Meus antecessores mencionaram que no passado fomos um país de imigração – é verdade; a própria miscigenação brasileira prova isso. A partir dos anos 80, por condições que não nos cabe avaliar aqui agora – mas sabemos que o fenômeno tem raízes socioeconômicas, culturais, políticas, ideológicas, etc. – , passamos a ter também brasileiros que, cada vez com mais insistência e em contingentes mais expressivos, passaram a incluir entre seus projetos de vida tentar experiências existenciais e, evidentemente, também profissionais e familiares no exterior. Isso faz com que tenhamos hoje – as estatísticas evidentemente não são precisas – algo em torno de 2 milhões e meio de brasileiros que residem fora do território brasileiro podendo, inclusive, chegar até a um pouco mais.

Se somarmos a isso que também uma faixa de 2 milhões e meio de brasileiros, na condição de turistas, viajam ao exterior anualmente, significa que temos um universo em torno de 5 ou 6 milhões de brasileiros que são residentes ou estão de passagem pelo exterior. Isso fez com que o próprio Itamaraty, na sua ânsia de buscar uma sintonia com a sociedade brasileira, passasse a tratar esse assunto, que é uma novidade socioeconômica e sociológica, com a prioridade que merece. Ou seja, temos esta enormidade de cidadãos bra-

sileiros lá fora que demandam serviços consulares simples, como, por exemplo, o nascimento de uma criança brasileira no exterior. Se uma pessoa nasceu na Indonésia, ele não é brasileiro, quando, ao contrário, se um dos pais manifesta o desejo de que este brasileiro nascido em qualquer parte do mundo venha a ser registrado na nossa Embaixada, no nosso consulado, ele se torna um brasileiro.

Os serviços consulares, portanto, iniciam-se com essa certidão, com esse registro de nascimento do brasileiro passando por diferentes estágios, inclusive pelo alistamento militar. Aos 18 anos, o rapaz se alista no Exército brasileiro, na Embaixada do Brasil, sem mencionar aqui também o alistamento eleitoral. Acho que aqui o assunto é de particular importância, porque estamos na Casa da democracia. O brasileiro que está no exterior se cadastra e se recadastra, sim, e vota para Presidente da República.

Isso mostra que não só a sociedade brasileira mudou, como também que os órgãos governamentais devem estar em sintonia com essa nova realidade, a ponto de continuar prestando serviços de acordo com a contemporaneidade.

No Itamaraty, nosso contato diário com a rede, que vai de 130 a 140 embaixadas e consulados, faz com que o atendimento consular, o que chamamos de assistência consular, tenha uma importância cada vez maior e, justiça seja feita, nos últimos anos, com condições orçamentárias para isso. Porque, neste caso, temos que ser rigorosamente honestos: não se pode ajudar um brasileiro do outro lado apenas com uma orientação romântica. Em alguns momentos, é preciso desembolsar, porque o brasileiro está precisando de uma assistência, está precisando ser hospedado naquela noite, está precisando comer alguma coisa naquele dia e, em alguns casos, quando está numa situação de desvalimento absoluto – o brasileiro se tornou um desvalido, porque alguma coisa aconteceu no circuito que fez com que o planejamento que ele tinha se desfizesse – , ele quer voltar para o Brasil e tem esse direito. A isso chamamos de repatriação. Ele se compromete a ressarcir os cofres públicos em algum momento. E devo ser muito transparente: creio que temos de melhorar muito isso, temos que aperfeiçoar muito esse novo mecanismo – e é o que temos feito.

Há casos em que a permanência daquele brasileiro no país onde ele está é algo que poderá até mesmo custar a própria vida dele, porque ele se tornou praticamente um indigente, e, nesses casos, nós fazemos a repatriação desse cidadão para o Brasil.

Esse nosso dia-a-dia faz com que haja um atendimento a um universo bastante variado de pessoas.

Agora tenho a dizer – e creio que também os que me precederam disseram alguma coisa nessa direção – que a vítima do tráfico de seres humanos não é o demandante mais freqüente das nossas repartições consulares. Há algum fenômeno que acho que caberia mais a um psicólogo, a um sociólogo examinar, que faz com que essa vítima, de tão fragilizada que está, evita buscar a repartição consular brasileira. Ela prefere, por exemplo, que uma ONG internacional venha socorrê-la.

A Dra. Marina fez uma referência a uma viagem que fizemos no ano passado para Portugal e Espanha, onde verificamos que os portugueses têm esse tipo de atendimento a estrangeiros, mas que atualmente as ucranianas são particularmente beneficiadas. Parece que a vítima brasileira evita o cônsul brasileiro, até por formação cultural ou por alguma deformação de informações, não sei. Ela poderá achar, erroneamente, que o cônsul tem a função de prejudicá-la ainda mais. Portanto, não faz parte do dia-a-dia, infelizmente, das nossas repartições consulares que tenhamos a procura diária, semanal ou quinzenal desse tipo de vítima. A nossa capacidade de ação, nesse caso específico, limita-se àqueles que nos procuram para efeito de repatriação, sem que necessariamente digam que tenham sido vítimas de aliciamento no Brasil ou de cárcere privado – não sei se posso usar essa expressão – no exterior.

Não faz, portanto, parte atualmente da nossa radiografia de atendimento consular no exterior – gostaríamos de estar presentes também nessa etapa – a prestação de serviço à vítima do tráfico de seres humanos. Quando vêm até nós, a nossa orientação é de que a autoridade policial daquele país seja avisada. O próprio cônsul se dispõe a acompanhar a pessoa para que esse assunto seja levado à polícia. O cônsul , como todos sabem, não tem o poder de exercer em outro país a atividade de xerife – desculpem a expressão – , até porque a atividade consular está regulamentada. Todos nesta Casa

conhecem a Convenção de Viena sobre relações consulares. Trata-se de um documento de 1963, do qual o Brasil foi signatário, cuja aprovação ocorreu em 1967. Tudo aquilo que extrapola o que está previsto na legislação internacional, nos usos e costumes internacionais sobre a atividade de um cônsul, tem se de ser regido pelo país onde se encontra, do contrário, esse cônsul poderá ser expulso, declarado persona non grata.

Temos de discutir quais medidas podem ser adotadas, para que algumas das nossas embaixadas e consulados possam se valer da presença de um funcionário policial. Temos em muitas embaixadas adidos do Exército, Aeronáutica e Marinha.

Na América do Sul, inauguramos recentemente a política dos adidos policiais em países como o Paraguai, Argentina e Colômbia. É uma experiência recente. Aguardamos o momento em que poderemos ter a pessoa do adido policial. Primeiro, porque fala a linguagem do policial do país onde está, portanto, ele tem um colega do outro lado. Em segundo lugar, porque tem como acionar a INTERPOL, a EUROPOL, por exemplo, ou a polícia local e a do Brasil, para obter mecanismos que permitiriam que os aliciadores sejam imediatamente identificados de ambos os lados. Sabemos que o aliciamento ocorre dos dois lados, há uma combinação. Não há um aliciador que mande daqui as pessoas sem que do outro lado tenha o seu colega que leve adiante a questão. Essa é uma questão que nos causa certa frustração, porque gostaríamos de atuar mais nesses casos.

Poderíamos melhorar nossa atuação se fôssemos mais procurados e, talvez – é a minha opinião – , se tivéssemos um profissional que deixasse bem claro que a atividade consular não se confunde com a atividade policial, mas são atividades que poderão se complementar. Portanto, com a presença de um policial nessa área só teríamos a ganhar em produtividade.

Estou me limitando, como fui convidado – convite que muito agradeço –, a falar sobre a atuação na área consular, mas o assunto é tão "polifacético", permitam-me a expressão, que também no nosso Ministério outras áreas tratam dessa questão sob enfoques diferentes. Temos, por exemplo, a COCIT, uma unidade dentro do Itamaraty que trata desse problema como um ilícito internacional.

Temos o Departamento de Temas Sociais – está presente aqui uma colega que representa essa área e eventualmente poderá se estender mais a respeito do enfoque que o Itamaraty tem sobre o assunto do ponto de vista social. Porém, do ponto de vista consular, o que temos é isso: agimos sob provocação, portanto, é algo reativo. Apesar disso, ultimamente, temos inovado bastante nessa área no sentido de que também as nossas representações têm tentado estabelecer uma política pró-ativa, ou seja, em cada embaixada e consulado temos o que chamamos de Conselhos de Cidadãos, formado por pessoas da comunidade brasileira residente – e o espectro vai desde a empregada doméstica até o Gerente do Banco do Brasil ou Gerente da VARIG – , com um universo bem matizado, o que faz com que toda uma problemática que seja comum da comunidade chegue ao conhecimento do Consulado ou da Embaixada, ao ponto de agirem de maneira preventiva. Mas devo dizer que também nessa área de, vamos dizer, tráfico de seres humanos não surgiram demandas.

Outro esforço que tem havido é que nossos Consulados se deslocam para determinadas localidades onde moram muitos brasileiros que mal podem ir à sede do Consulado. Criamos o que chamamos de Consulado Itinerante. É o momento de essas pessoas fazerem um novo passaporte, o registro da criança, uma procuração, atividade que normalmente só se faria no escritório. Decidimos ir aos brasileiros.

Também nessas visitas nossas, cada vez mais freqüentes, não nos têm chegado essas questões de maneira espontânea, talvez até porque o tema é de tal maneira delicado, polêmico e sensível. Por isso, toda vez que somos notificados por órgãos brasileiros da existência desse tipo de problema, nosso interesse é absoluto e total em resolvê-lo. Se bem que nos falta o modus operandi.

Não posso obrigar o brasileiro a ir a minha repartição. Meu Cônsul não é um detetive, um policial e não pode obrigar aquela senhora a que, naquele momento em que está fragilizada e pedindo um serviço ao Estado brasileiro, delate – não sei o termo a ser utilizado –, entregue seus aliciadores. Também não posso obrigá-la a, ao pisar em território brasileiro, falar. Não posso fazer com que o policial a force a falar. Afinal de contas, estamos num Estado de Direito repu-

blicano, e muito lutamos por isso. Esta Casa muito contribuiu nesse sentido. Não podemos voltar a práticas do regime militar.

Nessa maneira de ver a questão, reitero o interesse do nosso Ministério, que atua um pouco mais do outro lado do balcão, porque esse problema nasce em território nacional, portanto, sob os olhos dos nossos órgãos governamentais que estão no País. Então, somos a primeira porta do outro lado. Sempre que há essa procura, o atendimento é imediato e sempre com alto nível de discrição, porque entendemos quão delicado é o problema. Mas os instrumentos que usamos são os mesmos que todos os consulados do mundo usam. Não podemos ir além. Posso garantir, no entanto, que não ficamos aquém, porque o problema tem sua sensibilidade humana e estamos empenhados em dar nossa contribuição para resolvê-lo.Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Agradecemos ao Sr. Conselheiro Hélio Póvoas os esclarecimentos prestados à Comissão.

Concedo a palavra à Sra. Aparecida Gonçalves.

A SRA. APARECIDA GONÇALVES – Boa tarde. Sou Diretora de Programa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República. Para nós, desde janeiro, quando foi fundada, tem sido um desafio pensar uma política nacional que enfrente a violência contra a mulher.

O enfrentamento do tráfico de seres humanos passa principalmente pelo tráfico de mulheres: 85% das pessoas traficadas são mulheres, principalmente entre 15 e 25 anos, idade reprodutiva forte, de desempenho.

A violência contra a mulher não é isolada, não acontece só dentro de casa. Precisamos trabalhar com a concepção primeira da forma como a sociedade brasileira e mundial vê o papel da mulher.

Na questão do tráfico, vamos encontrar os principais mitos: a mulher brasileira é tida pelos estrangeiros como a melhor – bonita, mulata. Assim, vamos encontrar na cultura e na educação brasileiras raízes fortes que justificam o tráfico, a ida da mulher para o exterior, inclusive na ilusão de que vão encontrar um estrangeiro, casar e ter uma vida melhor. Então, há mitos construídos no País, desafio com o qual teremos de trabalhar.

Acreditamos que uma política nacional tem de ter 3 vertentes fundamentais. A primeira delas é a perspectiva da prevenção e do enfrentamento da violência. E a prevenção vai passar pelo eixo da educação e da cultura.

Temos de rediscutir no País de que forma vemos as mulheres, de que forma as mulheres são tratadas, de que forma iremos trabalhar o papel da mulher na sociedade brasileira. Será tratada como nos programas de televisão, às 5 e meia ou 6 horas da tarde, ou como nas telenovelas, ou como nas músicas, quando são chamadas de "cachorronas", "um tapinha não dói". Então, qual é a perspectiva e de que forma a mulher é vista e tratada na sociedade brasileira?

Precisamos trabalhar com uma política de prevenção que venha a discutir valores, comportamentos e que, portanto, vai prevenir a violência, seja doméstica, seja sexual, seja do tráfico. Portanto, temos de trabalhar sob esse olhar. Mas não podemos trabalhar apenas com a prevenção, porque as coisas estão acontecendo. Precisamos trabalhar também com a assistência. E, de acordo com a política nacional com que estamos trabalhando, a assistência passa por serviços de atendimento à mulher – daí estarmos discutindo os diversos serviços.

Junto com a SENASP, que tem sido nossa parceira constante e fundamental no enfrentamento da violência, estamos rediscutindo o serviço, por exemplo, das Delegacias de Atendimento à Mulher. Estamos em 2005, portanto, são 20 anos de existência da política pública das delegacias de mulheres. Veremos que foi da década de 80 até 1992 que 66% das delegacias foram instaladas no País. De 1992 até agora, foram 36%. Então, houve uma parada na questão dos papéis das delegacias e queremos rediscuti-lo. Basta trabalhar a questão da violência doméstica? Ou as delegacias também têm papel fundamental na questão do turismo sexual – não na apuração, que é papel da Política Federal – , a partir da denúncia da violência, da investigação que faz em relação aos possíveis lugares que são foco do tráfico?

As Delegacias de Atendimento a Mulher encontram espaço de política pública também de enfrentamento à violência contra a mulher. Em parceria com a Polícia Federal, que apresente um resultado concreto e real, porque é nelas que as mulheres confiam. As mulhe-

res vítimas de violência acreditam nas delegacias da mulher e por isso vão buscar auxílio.

Outra questão é o atendimento. Estamos trabalhado com a perspectiva de que haja no País centros de referência de atendimento à mulher, onde serão realizados trabalho social, psicológico e, na maioria das vezes, de apoio jurídico. Onde não houver defensorias, que tenhamos então o apoio jurídico.

Neste ano, na aprovação de projetos, uma das prioridades seriam as fronteiras secas, porque há que ter atuação efetiva de atendimento às mulheres. Em Goiânia, um dos principais focos, investimos recursos em 2 centros para que, de fato, a questão do tráfico seja colocada em pauta.

A criação dos centros de referência, portanto, é a principal política a partir de agora, porque de fato dará o acompanhamento social e psicológico de forma mais permanente às mulheres vítimas de violência. Não estamos queremos trabalhar apenas com casos de mulheres que sofrem violência doméstica. Queremos que, de fato, o atendimento seja ampliado e as profissionais sejam trabalhadas sob diversos enfoques.

Estamos estabelecendo parcerias com as Defensorias Públicas nos Estados. Estamos trabalhando com Defensorias Públicas específicas de mulheres. A Ministra esteve em Minas Gerais, no dia 2, e inaugurou a Defensoria Pública de Belo Horizonte. Eu estive em João Monlevade, onde também foi inaugurada a Defensoria Pública. No dia 23, será inaugurada a de Montes Claros. Portanto, são 3 Defensorias Públicas de atendimento à mulher em situação de violência.

No dia 23, no Piauí, iremos trabalhar no que diz respeito ao acesso da mulher à Justiça. Não adianta apenas discutirmos a questão da prevenção e da assistência se não garantimos o acesso à Justiça, o que significa ter advogado e acesso aos seus direitos, a garantia de que isso será acompanhado. Quando assumimos, havia 2 Defensorias da Mulher e hoje elas são 12, com perspectivas de que até o fim do ano cheguem a 20.

Estamos trabalhando no sentido de incentivar os Estados a criarem suas próprias Defensorias ou núcleos para mulheres dentro das Defensorias, a fim de que dêem um atendimento especial às mulheres em situação de violência.

Existem as casas-abrigos para mulheres em situação de risco de vida, que dentro do nosso olhar não atenderia as mulheres do tráfico. Estamos trabalhando com a perspectiva de ter alguma casa especial, algum local para atender essas mulheres, se elas não tiverem para onde ir. Estamos pensando em algum tipo de casa de passagem, ou qualquer coisa desse tipo. Temos discutido essa política, estamos trabalhando com essa intenção, mas não nos aprofundamos o suficiente.

Outro ponto de grande importância é com respeito à saúde. Temos discutido com o Ministério da Saúde as formas de atendimento às mulheres em situação de violência, inclusive as vítimas de tráfico. Temos de tratar a questão de exploração sexual e também as doenças sexualmente transmissíveis, a AIDS e uma série de problemas vinculados à saúde, além da saúde mental, que também deve ser trabalhada dentro da questão geral de saúde.

Para o enfrentamento dessa problemática, fizemos de novo parceria com a SENASP – OIT, na capacitação dos policiais. Na próxima semana, acontecerá no Estado de São Paulo um seminário que, entre outros pontos, tratará da capacitação de profissionais para a abordagem das questões relativas à mulher traficada. Já houve seminário como esse em Belém, e haverá outros na Região Nordeste e na Região Norte. De que forma será feita a abordagem, de que forma trabalharemos com essas mulheres?

Nesse ponto há um mito que deve ser desfeito, porque na maioria das vezes acham que a mulher é culpada do que lhe acontece porque ela é adulta, porque optou por esse tipo de vida sem pensar nas conseqüências. Essa crença tem de ser discutida. Precisamos debater a forma pela qual se vê essa mulher, porque ela fez tal opção, porque ela chegou ao ponto de preferir estar nessa rede a fazer qualquer outra coisa. Elas estão inseridas dentro de um processo construído pelo Brasil sobre o direito de exercer ou não a cidadania. Temos trabalhado dentro da perspectiva de mudar esse conceito com uma política nacional.

Ontem, estivemos nesta Casa em uma audiência pública na qual se discutiu o PL nº 4.559, que coíbe a violência contra a mulher. Certamente a nova lei terá reflexos na questão do tráfico. Queremos trabalhar com a perspectiva de uma política nacional, no sentido

de que o Poder Executivo determine políticas públicas nas diversas áreas de atuação. Não podemos pensar que violência é apenas uma questão de segurança ou de saúde. Ela abrange todas as áreas sociais, quais sejam, a educação, a cultura, a saúde, a segurança pública, a justiça. Isso tem de ser trabalhado dessa forma. É preciso haver políticas efetivas e claras nesse sentido.

Necessitamos também da parceria do Poder Legislativo, trabalhando na perspectiva da legislação, que de fato trabalhará para que de fato essas políticas se implementem. E principalmente o Legislativo é essencial na questão referente aos recursos do Orçamento. Podemos até fazer grandes projetos, mas se não forem destinados recursos a eles, não conseguiremos executá-los. Por isso precisamos que esta Casa nos auxilie quando formos discutir a questão orçamentária, quando formos discutir o contingenciamento, que é altíssimo e impede as nossas principais linhas de atuação.

Por fim, queremos discutir tudo isso com a sociedade civil. Uma política nacional exige o envolvimento de toda a sociedade no controle social, na discussão política, nos debates, nas denúncias. A política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher exige atitude de toda a Nação. Esse é o nosso grande desafio. Ou a Nação decide que não é mais possível aceitar a violência contra a mulher, ou o problema não será resolvido. Não podemos trabalhá-lo isoladamente, uma vez que ele é conseqüência de um processo que tem de ser enfrentado. Essa é a perspectiva com que temos trabalhado na Secretaria. Se dermos conta disso, estaremos cumprindo um grande papel no enfrentamento ao tráfico de seres humanos e de mulheres.Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Agradecemos à Sra. Aparecida Gonçalves os esclarecimentos e as informações prestadas à Comissão.

Passo a palavra a Sra. Priscila Dulce Siqueira, articuladora da ONG Serviço à Mulher Marginalizada.

Antes, porém, peço à Deputada Almerinda de Carvalho que assuma a Presidência, uma vez que tenho de participar de outra Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Primeiro, boa tarde a todos.

Passo a palavra a Sra. Priscila Dulce, por 15 minutos.

A SRA. PRISCILA DULCE DALLEDONE SIQUEIRA – Em primeiro lugar, agradeço a presença a todos que se dispõem a discutir tema tão terrível como o tráfico de seres humanos. Agradeço especialmente à Deputada Luiza Erundina, que atendeu à solicitação da nossa ONG.

Há muito tempo estamos pedindo esta audiência, porque esse crime tinha de chegar à Casa do povo. É uma pena que vários Deputados tenham saído, porque queríamos conversar com S.Exas. Não é mais possível aceitar essa situação que ocorre em nosso País, o maior fornecedor de crianças e mulheres da América Latina. É uma vergonha nacional!

Quando vínhamos para cá, meus companheiros de ONG e eu discutíamos qual seria o enfoque da nossa fala como organização da sociedade civil num debate como este. Nossa postura é de advogado do diabo. Temos de mostrar os avanços, mas também cobrar que esses avanços obtidos não caiam no esquecimento e no mutismo.

Se fizermos uma análise do tráfico de seres humanos no Brasil, podemos admitir que tivemos muitos avanços. Claro que tivemos. A visibilidade foi o primeiro deles. O tráfico de seres humanos é antigo no País. Não me refiro ao tráfico negreiro, mas ao de mulheres para prostituição, as famosas "francesas", entre aspas, que vieram no começo do século XX para os bordéis do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas meninas eram judias, cooptadas entre populações miseráveis da Ucrânia, da Polônia, e trazidas por uma máfia israelense. Como passavam pela França, eram chamadas de francesas. Elas abasteciam os bordéis de Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro. A diferença é que se tratava de um crime sem a dimensão da globalização. Hoje, vivemos em uma sociedade globalizada, e o tráfico tanto de armamentos, como de drogas, como de pessoas, adquiriu o aspecto do trade, do comércio, com começo, meio e fim, com linha de crédito e de lucro. Essa é a diferença.

Demos um passo à frente Em 1996, estive presente ao I Congresso Mundial contra a Exploração Comercial e Sexual de Crianças e Adolescentes, na Suécia, realizado pelo UNICEF e pela Rainha Sílvia. Quando cheguei ao Brasil, agoniada – foi a primeira vez que tomei consciência do tráfico de pessoas – , ia para a rádio e para a

televisão e as pessoas que me ouviam falar diziam: "Essa mulher é louca, isso não existe."

Participei de duas gestões do Conselho da Condição Feminina de São Paulo e lá fizemos dois seminários sobre tráfico de seres humanos. Não conseguimos divulgar uma linha sequer sobre o assunto na grande imprensa. Não se podia falar de tráfico. Com o Programa Bolsa-Escola de 15 reais não há tráfico de criança.

A partir deste Governo, houve visibilidade. Então, ponto para ele. Pelo menos se tocou no assunto. Depois de 13 anos, a primeira reunião para discutir o ECA ocorreu em Brasília. Houve avanços? Sim. É um avanço a criação de escritórios globais pelo Ministério da Justiça e também o trabalho realizado pela Polícia Federal. O Dr. Ademir Alves, da Delegacia Institucional da Polícia Federal de São Paulo, responsável pelo tráfico de seres humanos no Estado, admitiu, em maio deste ano, que apenas neste ano foram instaurados 25 inquéritos a respeito do tráfico de seres humanos. Trata-se de um avanço.

Outro grande avanço admitido pelo movimento de luta contra o tráfico é ligar profundamente o tráfico à migração. Tráfico é um tipo de migração numa sociedade globalizada. Existe quem vende e quem compra. Há também mudança de mentalidade nos países que chamamos de demandadores. Há, por exemplo, uma experiência inédita na Noruega. A sua campanha da fraternidade se deu em cima da discussão do tráfico de seres humanos, do ponto de vista do comprador. Os estudantes secundaristas da Noruega, no dia do trabalho, em outubro, numa outra campanha, discutirão apenas sobre o tráfico no Brasil, sobre quantas brasileiras estão no país, como vivem, por que o homem de 40, 45 anos, casado, pai de família e muito duro com a mulher se sente no direito de usar uma menina, uma mulher num estado de vulnerabilidade. O que os leva a essa atitude?

Temos de discutir o assunto. E por que não houve progressão? Desculpem-me, mas temos de falar fortemente sobre o assunto. Não progrediu por causa da má visão da imprensa, que não dá abertura para o tema, e quando o faz, age muito mal. Exemplo: novela América. Dados do Departamento dos Estados Unidos transmitidos pelo Itamaraty dizem que existem 1 milhão e 300

mil brasileiros nos Estados Unidos. Em 2003, havia 5.019 brasileiros vivendo ilegalmente no país; em 2004, 8.621. A partir da exibição da novela América, em que a protagonista vai para os Estados Unidos, foge de uma penitenciária, trabalha num bordel, mas não é prostituta, queira ou não queira, passa-se a mensagem de que dá certo agir dessa forma. Até 18 de maio deste ano, havia 18.252 brasileiros vivendo ilegalmente nos Estados Unidos.

Temos de pensar na irresponsabilidade da mídia brasileira. Isso, a Câmara dos Deputados tem de ver: a irresponsabilidade das mensagens transmitidas pela televisão.

Alguns passos nos permitiram avançar, mas foram muito poucos. No escritório de São Paulo, por exemplo, há muito tempo reivindicamos uma extensão no aeroporto de Guarulhos. Ontem foi publicada matéria mostrando o número de imigrantes ilegais que saem por Guarulhos, com a conivência de hotéis e taxistas da cidade. Pessoas que estão esperando por coiotes no México para passar para os Estados Unidos têm de esperar o aviso sobre a hora de embarcar, e ficam nesses hotéis, comendo em restaurantes por quilo.

Muita gente está enriquecendo por meio da falácia de um sonho de milhares de vítimas brasileiras. Isso deve ser observado.

Outro fato que nós, da ONG, questionamos muito é a ação dos nossos consulados e embaixadas. Foi perguntado aqui por que a mulher não procura a Embaixada brasileira ou o Consulado brasileiro na Europa. Não ouvi, mas vou dar o testemunho que nos deram várias mulheres. Disseram que são tratadas como prostitutas ilegais.

A primeira idéia que se tem quando se recebe um telefonema de uma mulher dizendo que está em Madri, que um cliente vai ajudá-la a fugir naquela noite, e perguntando para onde ir – nunca estive em Madri – , é aconselhá-la a procurar a Embaixada, o Consulado. Mas elas acham que lá não vão ser recebidas, porque são prostitutas.

Temos de mudar isso. Prostituta ou não, é cidadã brasileira. É preciso sensibilização para o problema. Basta conseguirmos mudar essa situação na hora em que tivermos coragem de enfrentar o problema como ele é.

Por que dizemos tudo isso? Porque estamos numa situação política extremamente perigosa. O próximo ano é eleitoral. Conhecemos dados do IPEA de junho deste ano. A distribuição de renda do Brasil é um dado vergonhoso. Só perdemos para Serra Leoa. É uma vergonha: 1% dos mais ricos do Brasil detêm 50% da renda nacional.

Enquanto isso perdurar, haverá seminário atrás de seminário, e o resultado será o mesmo. Em junho passado, estive com um grupo da Noruega em Mato Grosso, na cidade de Rondonópolis. Se tivéssemos um navio, encheríamos de meninas que queriam ir para o exterior. Eu lhes dizia tudo o que poderia acontecer. Nós lhes demos uma série de materiais didáticos, mas elas respondiam que têm filhos para criar e que nós no lugar delas iríamos também. Eu tiro o chapéu e digo que também iria.

Não há emprego. Não há emprego para homem, nem para doutor com 50 anos, que tinha grande salário e foi mandado embora. Haverá emprego para uma negra, para uma mulher analfabeta? Não. Ela vai embora. Essa é a possibilidade que ela tem de fazer alguma coisa. E os aliciadores sabem disso. Por isso foi dito aqui que muitas das mulheres que chegam, 15 dias depois, já voltaram, porque não têm perspectiva de vida.

Minha gente, ou mudamos isso, ou a situação nos cansa. Será sempre a mesma coisa. O tráfico é a ponta do iceberg. O problema está lá embaixo, é grande. É a distribuição de renda, é tudo aquilo de que já sabemos.

É claro que não vamos esperar mudar a sociedade brasileira para trabalhar com o tráfico; é óbvio que não. Mas temos de ser dialéticos e ter consciência das causas. Perdoem-me se fico muito emocionada. Mas trabalho com mulheres, trabalho com a menina, e sei o que é dizer que não tenho resposta, porque essa resposta quem tem que dar é o Estado. Posso fazer milhões de cursos de artesanato que isso não resolverá problema algum. Quem tem que dar emprego é o Estado.

É isso o que a gente quer, minha gente. Em nome da minha ONG, eu digo: vamos pensar juntos pelo menos para garantir os avanços que tivemos. O próximo ano será um ano eleitoral. Temos de garantir que aquilo que já conseguimos permaneça, fortaleça-se

e aumente; caso contrário, acontecerá o que aconteceu com a questão ambiental: na década passada, todos se mobilizavam pela questão ambiental, hoje estão acabando com a Amazônia e ninguém está nem aí. Se não fortalecermos a nossa ação, o medo que temos é que haja descrédito, acomodamento, digamos, da sociedade em relação ao tráfico e ele não venha mais a nos indignar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Queremos agradecer à Sra. Priscila a sua participação e convidar para fazer parte da Mesa o Deputado Nelson Pellegrino.

Passo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os integrantes da Mesa, a Presidenta, Deputada Almerinda de Carvalho, a Deputada Luíza Erundina.

Desculpem-me pelo atraso. Estava em viagem com o Presidente da República, que acaba de chegar a Brasília. Eu tinha uma consulta marcada para a parte da manhã, mas em função da viagem tive que desmarcá-la, portanto, o único horário que encontrei foi às 17h. Mas fiz questão de participar da reunião da Comissão de Legislação Participativa porque o tema que pedi para que fosse incluído nesse debate é da maior relevância.

Na semana passada, participei do terceiro encontro internacional que tratou da questão do tráfico de seres humanos no Brasil e no mundo, com a socialização de experiências de outros países. Está aqui o representante de Portugal, que socializou a experiência portuguesa não só em Salvador, num seminário estadual, como também no cenário internacional, quando tive oportunidade de conhecer a experiência de outros países, como Espanha, Estados Unidos e outros, que têm estabelecido cooperação nessa área.

Juntamente com o Deputado Orlando Fantazzini, sou autor de um projeto de lei que propõe não só a criação de um sistema nacional de repressão e enfrentamento ao tráfico de seres humanos no Brasil. Esse projeto está em sintonia com 2 movimentos que vêm acontecendo no Brasil e no mundo. Primeiro, ele quer recepcionar os tratados internacionais que o Brasil assinou, conhecido como Protocolo de Palermo, que já foi ratificado pelo Congresso Nacional, e tem diversas modalidades de tratados que propõem o combate ao tráfico de seres humanos nas suas diversas modalidades, desde

a questão do tráfico para a prostituição, ao tráfico de crianças, ao tráfico para remoção de órgãos, ao tráfico de imigrantes.

O projeto propõe a recepção do Protocolo de Palermo. O projeto está dividido em três grandes blocos. Um deles propõe a criação desse sistema internacional – essa a segunda questão que abordei. A primeira seria a sintonia com a legislação internacional e com os tratados assinados pelo Brasil no âmbito de nossa legislação interna. Esse projeto é a tradução de um movimento que vem ocorrendo no País – "bebendo" a experiência que considero vitoriosa: o Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas, implementado no Governo passado e que vem sendo agora executado, fazendo-se a associação do ente governamental com a sociedade civil.

Nessa parceria, iniciou-se no Governo passado a experiência de criar um sistema nacional de enfrentamento e repressão ao tráfico de seres humanos. A partir daí, nasceu a proposta de criação desse sistema integrado. Num primeiro momento, o projeto tipifica melhor o que é tráfico interno, para efeito da própria legislação, que estabelece parâmetros e, num segundo momento, propõe exatamente a criação desse sistema, basicamente no seguinte sentido: seria criado um comitê intersetorial nacional, regulado por decreto. Mas já está na lei as entidades que não poderiam deixar de fazer parte dele, tais como o Judiciário, representantes dos Poderes Legislativo e Executivo ligados à área de segurança pública e de direitos humanos, representantes da sociedade civil e entidades não-governamentais ligados a direitos humanos. Em linhas gerais, esse comitê teria a função de estabelecer políticas nacionais, diretrizes e acompanhar a execução desse programa, como também essa proposição legislativa, ao criar o sistema nacional integrado. Ele não só define atribuições desse sistema como também de cada ente federativo, além de estabelecer como será a cooperação dos órgãos estatais com os da sociedade civil, das entidades não-governamentais, a integração desses órgãos com organismos internacionais ligados à repressão e ao enfrentamento ao tráfico de seres humanos.

Há, portanto, nessa proposição, uma série de medidas a serem adotadas, tais como campanhas, pesquisas, banco de dados, ações repressivas, ações de acompanhamento à vítima e à testemunha nesse

tipo de modalidade delituosa e campanha de formação de profissionais que lidam nessa área.

Esse comitê intersetorial nacional, além de estabelecer diretrizes gerais, coordenaria esse processo nos Estados, com a formação de comitês intersetoriais estaduais, a fim de se produzir políticas públicas e articular ações. É fundamental a criação de um órgão gestor nacional para executar essas políticas, a criação de centro de referências nas cidades, centros receptores de acompanhamento das vítimas dessa modalidade criminosa, nas suas diversas expressões, e a criação de rede sociopolítica formada por órgãos estatais e entidades civis e não-governamentais que gratuitamente colaborariam não só no enfrentamento da repressão, mas também na assistência psicossocial às vítimas de aliciamento.

Por fim, o projeto propõe medidas administrativas contra órgãos públicos e privados que, de alguma forma, concorram para essa modalidade criminosa, inclusive com multas e até a interdição do estabelecimento. Ao final, estabelece de forma mais precisa ou introduz no sistema penal brasileiro novos tipos penais para melhor tipificar o procedimento de agravamento de penas, em alguns casos, a fim de aprimorar a legislação penal e a legislação processual penal nesse sentido.

Qual a contribuição que esta Comissão pode dar, do ponto de vista desse processo?

Fiz questão de participar desta reunião, primeiro, porque antes do atual Governo os dois processos estavam caminhando paralelamente: tanto a perspectiva de construção desse sistema, em articulação com a sociedade civil, com os entes governamentais, quanto as campanhas educativas, as campanhas de prevenção. Com o atual Governo, houve certa separação. O Governo Federal focou mais a atuação do Ministério da Justiça. A Secretaria Nacional de Justiça foca mais o trabalho educativo. Este é o foco maior do Ministério da Justiça e das ações da Secretaria Nacional de Justiça. E a outra parte acabou sendo mais enfocada pela sociedade civil, em articulação com alguns Governos estaduais, notadamente o de Pernambuco, que tem tido uma experiência vitoriosa e pioneira, como também teve na época do Programa de Proteção à Testemunha.

Precisamos operar duas coisas: num primeiro momento – e aqui é uma sugestão à Comissão –, agendarmos uma audiência com a Secretária Nacional de Justiça, Dra. Cláudia Chagas, para debater essa questão. E, num segundo momento, com o próprio Ministro, Dr. Márcio Thomaz Bastos. Porque, embora sabedores de que enfrentaríamos esse vício de iniciativa, o nosso projeto, ao invadir a seara da proposição do Sistema Nacional Integrado, acaba criando órgãos para a Administração Pública, quando sabemos que isso é atribuição do Poder Executivo. É reserva legal do Poder Executivo a criação de órgãos no âmbito da Administração Pública. O projeto tem essa parte. Sabíamos que ele poderia incorrer nesse vício, mas é um projeto que foi apresentado com o intuito também de abrir o debate no Congresso Nacional com o Executivo e o Judiciário sobre essa questão que também deve participar dos Comitês Intersetorial Nacional e Estaduais. Inclusive, o Presidente do Comitê Intersetorial do Estado de Pernambuco é um Juiz de Direito da Vara da Criança e do Adolescente.

Para avançarmos na aprovação desse projeto, faz-se mister termos alto grau de interseção e acordo com o Poder Executivo, ou para que encaminhe ao Congresso Nacional um projeto de lei suprindo esse vício ou, então, que na Comissão de Constituição e Justiça, por onde esse projeto passará – inclusive já há parecer favorável da Deputada Dra. Clair na Comissão de Trabalho e Serviço Público, mas ele não entra no mérito da juridicidade, da constitucionalidade do projeto, isso será objeto de apreciação na Comissão de Constituição e Justiça – , que alteremos o projeto para transformá-lo numa autorização para o Executivo criar esses órgãos via decreto.

Trata-se, portanto, de matéria importante. No seminário do ano passado, tínhamos tirado duas estratégias: uma, de ratificar o protocolo. Fomos vitoriosos nessa empreitada, conseguimos que o Congresso aprovasse a ratificação dos tratados; e a outra de tentar aprovar o projeto. Não fomos vitoriosos na segunda, em função da agenda das eleições do ano passado e, este ano, da própria agenda legislativa, agora, inclusive, um pouco conturbada diante de toda essa situação por que passa o País. Mas acho que ainda é possível neste final de semestre abrirmos o debate com o Poder Executivo. Acho que essa é uma discussão que já está amadurecida na socieda-

de, o projeto já está funcionando nesses moldes em alguns Estados, é uma experiência que tem se revelado vitoriosa. Evidentemente que, à luz da experiência, podemos operar aprimoramentos, mas acredito na possibilidade de podermos aprovar esse projeto pelo menos na Câmara Federal ainda neste primeiro semestre, com as modificações e os entendimentos que se fizerem necessários com o Poder Executivo. Porque na parte de adaptação da legislação penal e processual penal, o projeto está dentro da competência do Poder Legislativo. Na parte que diz respeito à definição dessas modalidades para efeito da lei, também não há nenhum problema. Na parte que remete para a sanção administrativa, não há problema. Precisaríamos apenas do entendimento com o Poder Executivo na parte que se propõe à criação desse sistema no que tange à formação das estruturas e, em alguns casos, de algumas atribuições.

Nessa minha intervenção, além da notícia desse projeto, gostaria que, como resolução dessa reunião de hoje, pudéssemos agendar uma audiência com a Secretária Nacional de Justiça, Dra. Cláudia Chagas. Queremos com ela debater o projeto no âmbito do Poder Executivo, no sentido de que o Governo também priorize, mesmo que não numa execução direta, o enfrentamento e a repressão a essa modalidade criminosa que é o tráfico de seres humanos, nas suas diversas expressões. Além disso, que o Poder Executivo concorra na construção desse sistema nos moldes propostos no nosso projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Agradeço a participação ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA – Sra. Presidenta, parabenizo os organizadores dessa audiência pública para debater o tema sobre tráfico de seres humanos, tão importante e que nem sempre recebe a devida atenção. No Brasil, esse assunto sempre foi tabu e muitas instituições se negaram a debatê-lo com a profundidade e responsabilidade que merece.

Parabenizo também os debatedores por abordar esse tema. Nós temos hoje funcionando na casa uma CPMI, reunindo Câmara e Senado, debatendo a emigração no Brasil. Inclusive, na semana retrasada, estive no Texas, Estados Unidos, acompanhando o repatriamento de 318 brasileiros que lá estavam presos. Conheci este problema. Tive oportunidade de presidir aqui na Casa também a CPI do Tráfico de Órgãos Humanos, na qual abordamos esse assunto a respeito dos brasileiros que muitas vezes são levados para outros países. Houve casos de brasileiros que eram levados daqui para a África e lá tinham seus órgãos extraídos. Temos vários depoimentos na CPI. Há numa quadrilha presa em Recife. Este é um assunto muito sério. Então, além do trabalho escravo, do tráfico de órgãos humanos, há a emigração ilegal – vamos, inclusive, amanhã, ter uma audiência pública em Valadares, Minas Gerais, para debater o assunto com a comunidade mineira.

Fico feliz, portanto, em saber que hoje existe um grupo de Parlamentares e vários instituições trabalhando no combate ao tráfico de seres humanos. Temos muitas missões realmente a serem desenvolvidas.

Coloco-me também à disposição. Não vou poder continuar participando do debate.

Parabenizo a Deputada Luiza Erundina por estar abordando esse assunto através dessa audiência pública, o Deputado Nelson Pellegrino, pela iniciativa legislativa, e a Deputada Almerinda de Carvalho que está conduzindo os trabalhos desta Comissão. Que Deus abençoe a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Obrigada, Deputado Neucimar Fraga.

Passo a palavra ao último inscrito, Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO – Sra. Presidenta, Deputada Almerinda de Carvalho, Sra. Deputada Luiza Erundina, Srs. Deputados, ilustres integrantes da Mesa, senhoras e senhores, falo pelo Ministério Público do Trabalho e sou Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Vou aqui fazer um contraponto com a questão central objeto desse debate, que é de extrema importância. E desde logo cabe aqui

parabenizar a Comissão pela realização da audiência pública e também à Deputada Luiza Erundina pela iniciativa.

A representante do Ministério da Justiça em sua manifestação estabeleceu alguns pontos com questões principalmente de corrupção, moralidade, visão social. O tráfico de seres humanos tem uma relação muito grande com o que chamamos de trabalho escravo contemporâneo ou com as formas contemporâneas de escravidão no Brasil. Há uma movimentação interna e também de fora para dentro do território nacional. Temos acompanhado alguns casos. Quero deixar claro que essa questão é muito mais ampla. Sem desmerecer as questões abordadas, sem tirar a importância do problema do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, que é gravíssimo, queremos apontar também outras questões que entendemos de fundamental importância.

Há uma movimentação de trabalhadores de alguns Estados da Federação para outros Estados com as mesmas características em que ocorre essa leva de trabalhadores do Brasil para o exterior.

Em Alagoas, por exemplo – infelizmente não se encontra mais presente o representante da Polícia Rodoviária Federal – , há uma articulação entre Ministério Público do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal e Delegacia Regional do Trabalho. Inclusive, convocamos a ANTT para ficar em algumas entidades. São várias entidades que participam. Eles vêm fazendo uma fiscalização cotidiana, impedindo a saída de trabalhadores de Alagoas, principalmente para Mato Grosso. Algumas empresas, aparentemente de turismo, são especializadas em levar trabalhadores de algumas cidades para outras dentro do território brasileiro. E essas pessoas são iludidas, enganadas, viajam porque acabam acreditando em falsas promessas. E tudo isso é crime. Todas essas práticas estão perfeitamente identificadas em alguns artigos do Código Penal: 206, 207, 203, 149, entre outros. Essas situações acontecem nos dias atuais.

Há outro problema que também classificamos de extrema preocupação: a situação por que passa hoje o Estado de São Paulo – talvez a via inversa do que foi discutido nesta audiência pública até o momento. Falou-se da saída de brasileiros enganados, desempregados, excluídos socialmente, que acabam não tendo alternativa, senão buscar formas que classificamos como não muito interessantes

de ganhar a vida. O Brasil também é objeto de interesse de outros países que estão em situação pior que a nossa. Falo especialmente da questão que envolve trabalhadores paraguaios na fronteira seca do Brasil, sobretudo no Mato Grosso do Sul. O caso mais grave divulgado pela imprensa é o dos trabalhadores bolivianos na cidade de São Paulo. Hoje, há milhares de bolivianos na cidade de São Paulo trabalhando em confecções clandestinas de propriedade de coreanos e de outros bolivianos que aqui chegaram há mais tempo. Eles trabalham 16, 18 horas por dia, sem ter a sua situação de trabalhador regularizada, porque são ilegais. Então, recebemos denúncias, verificamos e vamos aos locais – o Ministério Público do Trabalho, juntamente com a Polícia Federal. Lá chegando, não temos muito a fazer, senão parar com aquela atividade naquele momento. Mas o trabalhador que está sendo explorado não pode ser objeto da nossa atuação em benefício deles, porque isso seria ilegal.

Deputada Luiza Erundina, é importante aproveitarmos este espaço – e por isso agradeço o convite feito ao Ministério Público do Trabalho para participar desta audiência pública – para deixar claro que há formas de se resolver o problema.

Estão em andamento no Congresso Nacional algumas propostas legislativas; está em curso uma negociação envolvendo o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, a qual visa à realização de um acordo entre Brasil e Bolívia para a regularização migratória. Em se fazendo esse acordo, em se regularizando a situação desses trabalhadores, nós, do Ministério Público do Trabalho, bem como a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da fiscalização, poderemos tomar atitudes enérgicas, drásticas, para coibir a exploração dessas pessoas na cidade de São Paulo, inclusive levando à Justiça os empregadores que não respeitam o direito mais comezinho dos trabalhados que vêm sendo explorados.

Isso vale e eu acredito que seja de extrema importância, porque no mesmo momento em que queremos que os trabalhadores brasileiros tenham respeito à sua cidadania, tenham a sua situação legalizada, tenham acesso aos direitos garantidos pela legislação, também devemos garantir o mesmo aos estrangeiros que aqui vivem.

Não posso deixar de falar isso porque sou cobrado. É minha responsabilidade, na condição de Membro do Ministério Público, atuar nessas situações. E hoje nós estamos em situação difícil porque a legislação não dá proteção a essas pessoas. Acabamos verificando que todos aqueles que estão se beneficiando da exploração desses trabalhadores acabam sendo, de certa forma, premiados, porque, quando atuamos e impedimos a realização de determinada atividade, não podemos responsabilizar judicialmente o responsável pela exploração dos trabalhadores.

Há um grande número de bolivianos, mas há também trabalhadores brasileiros envolvidos nessa atividade, e a situação acaba atingindo todos e prejudicando enormemente até mesmo o Fisco, porque essas atividades não contribuem para o caixa dos Estados e da União.

Não vou estender-me, mas ainda preciso dizer algo. Acredito que o Ministério Público tem acompanhado cotidianamente a discussão acerca do tráfico de seres humanos, na medida das nossas atribuições, mas eu não poderia deixar de participar desta audiência pública e, aqui presente, destacar as questões que envolvem a migração interna, por conta das suas características, que são de verdadeira fraude, da mesma forma a questão que envolve os trabalhadores bolivianos na cidade de São Paulo.Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Agradeço a participação ao Sr. Luís Antônio Camargo de Melo.

Encerradas as exposições, concedo a palavra à autora do requerimento, Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Sra. Presidenta, companheiras e companheiros que nos vêm trazer informações importantes e preocupações sobre uma questão extremamente grave que diz respeito aos direitos humanos em nosso País, boa-tarde.

Eu acompanho o generoso trabalho da Sra. Priscila e entendo o grito que ela soltou da garganta neste espaço. Ela certamente tomou tal atitude em razão do que vê, presencia, acompanha e sofre diante de um fenômeno que é cada vez mais grave e para o qual até agora não se encontrou uma política pública, um sistema nacional capaz de dar conta de todos os seus aspectos. Aliás, há que se ressaltar que o problema não começa nem termina no nosso País. Daí a sua

complexidade, pois é um fenômeno mundial, global. É um crime globalizado e que tem várias facetas. Inclusive, muitas delas, senão todas, foram aqui abordadas no tempo possível e com a profundidade possível em razão dos limites desta audiência pública.

No decorrer da exposição do Dr. Eriosvaldo Renovato, em que ele inclusive citava os limites e as principais dificuldades no enfrentamento do problema a partir de seu ponto de vista – pontos que, evidentemente, foram enriquecidos no curso das outras falas – , ocorreu-me que deveríamos ter como método, talvez, entre outros, nos nortearmos diante das dificuldades a partir da visão do órgão policial; definirmos o que seria possível fazer para enfrentar essas dificuldades. Falava Sa. da transnacionalidade do problema. O fato de ser um problema que envolve diferentes países por si só já indica sua complexidade. Falava também do preconceito do agente investigador. Isso diz respeito à capacitação dos agentes públicos – portanto, dos recursos humanos – , aos quais cabe uma ação profissional continuada em torno do problema. Falava da falta de colaboração das vítimas, exatamente por todas as circunstâncias apontadas aqui – desconfiança, insegurança, fragilidade das vítimas –, no sentido de buscar apoio, proteção e ajuda para enfrentar sua situação de clandestinidade. Falava também da invisibilidade do crime. Exatamente por ser um crime transnacional, por ser um crime que envolve vários aspectos, várias dimensões e também altos interesses econômicos – há uma rede de exploração que gera bilhões e bilhões de dólares por ano; como já foi dito aqui, é a terceira atividade econômica mais rentável do planeta, só perdendo para o tráfico de drogas e o tráfico de armas – , podemos imaginar os focos de resistência a qualquer ação mais efetiva e eficaz no sentido de desmontar essa rede, proteger as vítimas e prevenir a violência contra elas.

Perdi o quinto e último ponto de dificuldade mencionado pelo Dr. Eriosvaldo. Até lhe pediria que o repetisse, porque me escapou.

Creio, no entanto, que isso pode nortear, em certo sentido, uma ação articulada dos órgãos públicos, do Ministério Público e das organizações da sociedade civil. Uma ação integrada, uma ação permanente, uma ação com estrutura, com estratégia, com política,

com meios para, inclusive, se começar a diagnosticar de forma mais completa o problema.

Ouvi aqui de vários expositores pontos, aspectos, informações, dados. Senti falta de uma compreensão mais global, mais completa, multifacetada. Senti falta de um dimensionamento do problema, a começar do nosso País, e do impacto desse fenômeno em relação a outros países e de outros países em relação a nós. Acho que essa é uma tarefa importante. Poderíamos integrar nossos esforços no sentido de fazer um diagnóstico o mais completo possível. É claro que ele vai se superando rapidamente, mas, se tivermos um sistema de informações muito bem articulado, para pelo menos termos mapeado o fenômeno, inclusive identificando os focos mais agudos, mas intensos, e a dinâmica desse fenômeno no tempo, a partir de um momento em que se imagina tenha sido o ponto mais marcante – embora seja fenômeno antigo. Tendo como parâmetro as últimas décadas, onde se poderia situar, até para que se possa situar as prováveis causas do agravamento desse fenômeno no País e nos outros países com os quais esse problema se articula como uma rede de exploração internacional.

Estão presentes representantes de entidades, de vários Ministérios, de vários órgãos relacionados a Ministérios, do Ministério Público e de uma única ONG. Sabemos do peso que tem essa ONG, do ponto de vista da compreensão, do conhecimento, do estudo do fenômeno, da ação e da intervenção que não se limita ao País. A Sra. Priscila viaja pelo mundo inteiro e tenta, em uma ação hercúlea, abarcar com o coração, a mente e sua pessoa inteira, tal é a sensibilidade que desenvolveu em relação ao problema. Imagino também o tamanho da sua solidão, da sua angústia e da sua falta de proteção, para sentir terra sob os pés e dizer: "Não, o esforço que estamos fazendo está sendo entendido, incorporado, está sendo aproveitado em uma ação que precisa ir além desse limite".

A nossa sorte é que esta audiência pública está sendo realizada na Comissão de Legislação Participativa. Se estivesse ocorrendo em outra Comissão, talvez se perdesse nas gavetas, nos intermináveis trâmites das iniciativas de lei que passam por esta Casa. Há alguns Parlamentares com 4 ou 5 anos de mandato e nunca conseguiram aprovar um projeto de lei, tal é o emaranhado, o

tráfico de influências, a má vontade, a pouca sensibilidade dos que fazem esta Casa – pelos menos grande parte, não posso generalizar porque seria injusto.

Sra. Priscila, não é possível ter a esperança de que o encaminhamento desse problema passa por esta Casa. Pelo menos neste momento. Tenho o privilégio de representar o povo de São Paulo nesta Casa e isso me dá a responsabilidade de valorizar, de defender a instituição e pressionar, junto com a sociedade, para que ela cumpra seu papel, sua tarefa de representar o povo e de buscar soluções para os problemas da população brasileira.

Estamos vivendo momento crítico. Não quero mais perder tempo falando nessa crise. Gasta-se muito tempo, energia, ânimo, esperança, desalento por conta de uma crise que sabe-se muito bem onde está e como resolvê-la. Portanto, não vamos perder tempo com essa crise.

Realiza-se audiência pública agora nesta Comissão, que é uma janela, digamos, entre a sociedade civil e a Câmara dos Deputados.

Gostaria de submeter a vocês – permitam a informalidade no trato para com a Mesa, cujos representantes têm tanto peso e valor para nós – algumas propostas, para que os que estiverem menos informados saiam daqui um pouco mais informados e um pouco mais contaminados ou contagiados por essas preocupações.

A Sra. Priscila, assim como os demais representantes, passam um pouco desse sentimento de impotência. Apesar da consciência da gravidade do problema, não vêem muita eficácia na ação dos órgãos que cada um representa no enfrentamento e na solução – não diria definitiva, completa, absoluta – desse problema, mas pelo menos algumas ações articuladas, políticas e administrativas, para se perceber que pelo menos o fenômeno está sendo contido e combatido, têm-se ações preventivas para não se permitir o agravamento desse problema.

E por que me sinto aliviada e compensada de ser nesta Comissão? Porque esta Comissão, como dizia, é a porta aberta, é a janela de comunicação entre a sociedade civil e o Congresso Nacional. Aí, eu teria algumas propostas para lhes fazer, com muita liberdade para que vocês da Mesa e do plenário possam se pronunciar sobre elas.

Primeiro, temos o projeto de lei, que o Deputado acabou de mencionar. Pedi levantamento da tramitação da matéria, que possui vício de origem e não vai chegar a ser votada nesta Casa. O Deputado mesmo reconhece a inconstitucionalidade, por ser de competência do Poder Executivo, mas tem o mérito, sem dúvida nenhuma, de ter estabelecido a concepção de um sistema nacional, de uma estrutura nacional descentralizada, articulada, multissetorial, multiministerial, que, sem dúvida nenhuma, é ponto de partida extremamente importante.

Mas não vamos batalhar para que esse projeto passe nas Comissões desta Casa porque mesmo que ele passe não terá desdobramentos, porque é inconstitucional, é ilegal. Não adianta forçar a barra, achar que é questão de vontade. Não é.

Há texto constitucional que limita a iniciativa da Casa em competências que são do outro Poder, no Caso o Executivo. Porém, em relação à idéia do Deputado de solicitarmos audiência com a Secretária Nacional do Ministério da Justiça, proponho que, ao invés de irmos lá, convoquemos a Secretária para audiência nesta Comissão; que possamos trazer o Deputado com o seu projeto e todos esses órgãos que estão aqui representados, inclusive a Priscila, a entidade que ela representa.

E eu recomendaria, Priscila, uma articulação, a partir de você e da sua entidade, com as outras entidades que também atuam em relação ao problema, para constituirmos o fórum a ser integrado aos setores do Executivo e do Legislativo, através desta Comissão Permanente, que é a Comissão de Legislação Participativa, para iniciarmos plano estratégico de ação sobre o problema.

Eu entraria com requerimento, se entenderem que isso pode ser o próximo passo importante, para trazer a Secretária e outra autoridade do Governo para apreciar especificamente o projeto de lei do Deputado e conseguir que o mesmo se transforme em projeto de lei de iniciativa do Executivo, que pode vir para esta Casa com respaldo dessas várias entidades, desses vários órgão que atuam em relação ao problema.

Teríamos de fazer isso rapidamente. Então, ao invés de irmos ao Ministério, que a Secretária venha aqui, venha nos ouvir e falar a respeito dessa proposta.

Proponho que também formemos o fórum permanente desses órgãos que estão aqui representados, que atuam com o problema a partir do serviço à mulher marginalizada, e de outras entidades, juntamente com a sociedade civil. Que eles possam integrar este fórum, através desta Comissão, que, pela sua natureza e seu caráter, sua estrutura, sua dinâmica de funcionamento, sua equipe de trabalho, pode acolher assessoria parlamentar a fórum de organismos do Executivo, representantes do Legislativo e da sociedade civil organizada, para acompanharmos o desdobramento da discussão desse projeto de lei.

Podemos partir do projeto de lei do Deputado, porém já assumindo que não é constitucional e pressionando o Governo para que assuma a iniciativa desse ou de outro projeto de lei. A meu ver pareceu-me rico esse projeto de lei que tramita nesta Casa e que se ressente da falta constitucionalidade, de legalidade.

Outra questão. Que esse foro que a gente venha a formar e fosse vinculado a esta Comissão e tivesse como primeira tarefa o esboço de um estudo, de uma pesquisa, podendo, depois, recorrer a uma universidade, a um órgão de pesquisa, para fazer, num prazo curtíssimo, levantamento, a partir de dados que já existem – a Polícia Federal, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério Público, as entidades da sociedade civil devem ter dados – , para termos um mapeamento do problema no País. E que este seja o mais completo possível, para pautar o estabelecimento de uma estratégia de intervenção no problema junto ao Estado, de uma política pública que cuide dos vários aspectos deste problema.

Outra questão. O fenômeno não é só nacional, é também internacional. Ele começa no exterior e se desdobra no Brasil. Aqui eu queria propor outro evento. Há um organismo na Itália, que se chama Fundação Lélio Basso, que realiza tribunais permanentes dos povos. São tribunais internacionais que investigam e julgam atentados aos direitos humanos em qualquer parte do mundo. Por exemplo, o objeto de um tribunal foi a violação aos direitos das crianças e adolescentes no mundo. Isso foi em 1995, na Itália. Outro foi a questão da Amazônia, há uns anos. Uma sessão desse tribunal julgou a violação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, em confronto com o Estatuto da Criança e do Adoles-

cente. Trata-se de uma instância internacional que, ao fazer um julgamento e condenar um governo, ou uma sociedade, ou quem for, não tem força de lei para punir, mas tem força política para encaminhar aos organismos internacionais, para promover ações punitivas contra instituições, governos, organismos, contra quem esse tribunal efetivamente concluir pela responsabilidade. A minha proposta é no sentido de que encaminhemos, através desse foro, a esse órgão italiano a proposta de realizarmos no Brasil um tribunal permanente dos povos, não só para analisar o problema do Brasil, mas também para trazer sobretudo os países mais envolvidos no tráfico, como Espanha, Itália, Alemanha, Portugal. Faríamos um evento envolvendo os governos desses países, por iniciativa dessa fundação, evidentemente, com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, com o Ministério Público do Brasil, com as entidades sociais do Brasil. Faríamos um grande tribunal para julgarmos os crimes relacionados com o tráfico de seres humanos do Brasil em relação a outros países e outros países em relação ao Brasil. Sabemos que no bojo desse processo de exploração está a política de turismo, o turismo do norte e do sul do mundo, dos países industrializados e ricos, os turistas dos países ricos em relação aos países pobres. Nesse pacote de turístico vem embutido a exploração de crianças e adolescentes cada vez de menor idade. Isso tem que ser denunciado, tem que ser falado aos 4 ventos. Aí, duvido que a mídia brasileira não tenha interesse por um evento desse. Ele será tão forte politicamente que obrigará a mídia nacional a formar opinião pública sobre tema gravidade.

Era essa a minha proposta. Pode parecer algo grandioso demais, mas só vale a pena fazer uma coisa quando ela é grande, quando o problema é grande o suficiente para ousarmos, até para tirar o foco, a atenção e as energias que estão sendo desperdiçadas neste momento, por conta desse grave problema do tráfico de seres humanos.

Naquele tribunal do qual participei na Itália, naquela época, foi denunciado um caso de tráfico de órgãos ocorrido em um país da América Latina, se não me engano, o Uruguai. Havia uma instituição para crianças portadores de deficiência mental, onde se traficava

órgãos. As crianças tinham suas pupilas extraídas para transplante de córneas em clínicas oftalmológicas especializadas em países ricos da Europa. Essa coisa é muito mais antiga do que se imagina. Imaginem crianças com problemas mentais que apareciam cegas porque suas córneas haviam sido extraídas dentro da instituição. Esse caso foi denunciado no fórum a que compareci, na Itália. Ou seja, isso acontecia num país da América do Sul, as pessoas admitiam que se fizesse essa barbárie.

Enfim, era essa a minha proposta. Quero agora ouvir suas opiniões, quero perguntar se faz sentido, se a Comissão Participativa está a fim de assumir a sua parte no esforço para ser o espaço institucional – que é muito próprio do caráter desta Comissão – e dar prosseguimento e eficácia, efetividade e desdobramento a tudo isso que aqui foi exposto. Temos de imaginar que os entendidos na área da legislação brasileira conhecem isso muito melhor do que eu. O próprio Código Penal Brasileiro não dá conta do problema no âmbito interno do País. O tráfico de seres humanos no Brasil não tem um quadro institucional legal, adequado e suficiente para resolver esse problema, do ponto de vista legal, nem mesmo no âmbito interno do País.

Há vários aspectos a serem enfrentados e isso não pode ser feito somente por um Deputado ou por uma Comissão. Teremos de enfrentá-los todos juntos, tentar buscar uma saída que não é de curto prazo, mas tem de ser imediata. Temos de dar o próximo passo, sem o que vamos voltar aqui em uma outra audiência, que não sei quando será e dar outro grito de agonia e de angústia, mas sem que fosse dado um passo na direção de uma resposta efetiva a esse drama de seres humanos, vítimas da injustiça, da desigualdade e de políticas que não contemplam o ser humano, mas sim o lucro cada vez mais concentrado, tudo isso em detrimento dos direitos humanos.

Eu queria ouvir, portanto, a Mesa sobre essas observações, sem ignorar a importância e a necessidade de ouvirmos também o Plenário. Se for logo em seguida, quem sabe poderemos ouvir o Plenário e inclusive outros Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Deputada Luiza Erundina, é justamente sobre isso que eu gostaria de consultá-la. Além da Deputada Maria do Rosário, temos duas

visitantes. Acho que temos algum tempo para ouvir as 3 pessoas e depois as ponderações finais dos convidados.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Caso haja necessidade de passar a palavra para alguém do plenário, não tem problema. Eu não vou viajar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – De qualquer maneira vamos deixar a palavra para o final. Talvez as participantes gostem de ouvir a resposta. Concedo a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Obrigada Sra. Presidenta. Agradeço também à Deputada Luiza Erundina, e a todos os Parlamentares, a todos os presentes, à Mesa, pela competência, não apenas pelo trabalho desenvolvido agora, mas pelo trabalho desenvolvido por todos os senhores em diferentes instituições. Muitos já estiveram conosco em vários outros debates sobre o tema.

Em razão do acúmulo de reuniões, entrei e saí várias vezes da sala, inclusive porque presido outra Comissão que estava reunida justamente neste mesmo horário. Mas gostaria, Deputada Almerinda de Carvalho, de fazer breve relato sobre trabalho que desenvolvemos na Comissão e que concluiu a atuação de V.Exa., no ano passado, na CPMI sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, que não teve divulgação na mídia, mas de cujos trabalhos participaram muitas pessoas que aqui estão e a quem antecipadamente agradeço.

Naquela oportunidade dividimos o trabalho em diferentes áreas, segundo a análise das políticas públicas para o combate à exploração sexual de modo geral, com ênfase para a exploração de caráter comercial de crianças e adolescentes.

Dedicamo-nos aos temas sobre políticas públicas de atendimento às vítimas, políticas preventivas e a atuação do Poder Judiciário a partir da notícia desses crimes. Estudamos os mecanismos de denúncia e responsabilização. Indagamos sobre a cultura predominante no Judiciário brasileiro em relação ao tema e também atuamos a partir da análise sobre as normas inserta no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, propondo modificações na Legislação brasileira.

Naquela CPMI – e em seus diferentes eixos de trabalho – estabeleceu-se uma tarefa para este Parlamento, qual seja a de organizar uma Comissão Especial, que está em curso, para, até o final deste ano, fazer um levantamento sobre os efeitos reais do trabalho que realizamos sobre essas diferentes áreas, em especial a relação com o Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e o próprio Legislativo Federal.

Além disso, estabelecemos propostas de modificação do Código Penal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, das normas relativas a tráfico de seres humanos, principalmente – assim como fez o Deputado Nelson Pellegrino – objetivando que a legislação brasileira compreenda nessa atividade, o tráfico de mulheres, de seres humanos, com agravante de as vítimas serem crianças e adolescentes. Em todos os casos de exploração sexual, estabelecemos uma agravante para o caso de a vítima ser menor de 18 anos.

Colocamo-nos, porém, desfavoráveis à proposta do Deputado Fernando Gabeira quanto à discriminação relativa às profissionais do sexo. O Deputado pretendia retirar do Código Penal até mesmo a figura do tráfico de mulheres, mas sem incluir o tema ou uma nova proposta que contemplasse o tráfico de seres humanos.

Penso que devemos realizar esse debate, porque é necessário desmascararmos a idéia do consentimento. Quando estamos às voltas com o tema do tráfico, estamos tratando, em verdade, de um crime de aliciamento, de entrepostos, da organização criminosa. Enfim, trata-se de crime com características peculiares, de caráter transnacional e em época de globalização. Talvez outros tenham abordado o assunto, mas pude perceber essa impressão claramente na fala da Sra. Priscila Siqueira. Há o caráter global desse crime, a noção estabelecida a partir do mercado, no qual a mercadoria é o próprio ser humano, e como essa nova forma de escravidão precisa ser denunciada, criminalizada e levada aos tribunais. Para tanto, devemos considerar o novo ordenamento internacional de direitos humanos, especialmente a partir da última década, bem como os princípios estabelecidos em diferentes documentos e normas internacionais. E o Brasil participa dessa legislação na condição de apoiador e signatário dos fundamentais documentos de direitos humanos do

mundo contemporâneo, da nossa época, para a defesa das mulheres, das crianças, enfim, dos seres humanos de modo geral.

Estarmos inseridos no contexto do Sistema Internacional dos Direitos Humanos pressupõe reconhecer que essa relação de caráter transnacional também necessita, como um crime contra a humanidade, ter fórum nesses espaços. Para tanto, devemos modificar nossa legislação.

Uma de nossas fundamentais tarefas é lutar para ter uma organização permanente para tratar do assunto. Concordo plenamente com a Deputada Luiza Erundina. Como a Casa possui diferentes fóruns para debater esse tema, poderíamos unificá-lo e trabalharmos de forma articulada. A legislação oriunda da CPMI está na Ordem do Dia e temos o compromisso do Presidente Severino Cavalcanti de colocar a matéria em votação como resposta à sociedade brasileira e como direito fundamental dessas pessoas e da população pobre atingida.

Em março deste ano, em nome deste Parlamento, ao lado de várias colegas de diferentes partidos, tive oportunidade de participar da Conferência Beijing +10, em Nova Iorque, onde debatemos de forma muito firme o tráfico internacional de mulheres na tentativa de o governo norte-americano refletir sobre a migração humana no sentido de que nem toda a migração se destina única e exclusivamente à exploração sexual. Nosso objetivo era o de propor um documento internacional em que fosse estabelecido um sinal de igualdade entre a migração humana e exploração sexual.

Tenho dificuldade para abordar esses temas, mas creio que a Priscila possa desenvolvê-los melhor, assim como os demais membros da Mesa. A meu ver, nem toda a circunstância de migração está vinculada à prostituição. Não há qualquer dúvida de que brasileiros ou estrangeiros encontram do outro lado o aliciamento para a exploração sexual como um dos primeiros caminhos para conseguirem sobreviver. Isso estabelece perversa identidade para a população brasileira lá fora, porque forma uma cultura em que se espera da mulher e da adolescente brasileiras a submissão ao regramento do mercado sexual, do mercado do corpo.

Digo isso a fim de nos somarmos, de pedirmos o apoio desta Comissão, a qual cumprimento sobremaneira com o intuito de votarmos as matérias ora em tramitação.

Enfim, se estabelecermos esse fórum, conforme bem salientou a Deputada Luiza Erundina, poderá ser um bom caminho.

Agradeço à Deputada Almerinda de Carvalho, que ora preside os trabalhos, a oportunidade, e, em especial, a Presidenta da Comissão, Deputada Fátima Bezerra. Cumprimento ainda a Deputada Luiza Erundina e demais integrantes da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário.

Concedo a palavra a nossa visitante, Sra. Dalila Figueiredo, Presidenta da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD.

A SRA. DALILA FIGUEIREDO – Boa-tarde a todos. Serei breve, pois tenho vôo marcado para às 18 horas. Este é um momento precioso para nós.

Desde 1997 a ASBRAD atende a vítima com a mão na massa. Nossa sede está localizada no Aeroporto Internacional de Guarulhos, onde circulam diariamente 100 mil pessoas.

Desejo parabenizar a companheira Priscila pelo excelente trabalho que vem desempenhando, dando visibilidade ao tema, por intermédio do SMM, da Pastoral da Mulher Marginalizada, e parabenizar a Deputada Luiza Erundina pela sensibilidade em trazer essa questão para esse fórum nesta tarde.

A entidade tem dado retaguarda nas ações do Ministério da Justiça, da Secretaria Estadual de Justiça, no que tange ao atendimento à vítima. Mas quero ressaltar o excelente trabalho feito pela Polícia Rodoviária Federal. No âmbito do tráfico interno da exploração sexual de crianças a nossa entidade recebe dezenas de denúncias de crianças sendo exploradas em postos de gasolina, nas várias rodovias que cortam a cidade de Guarulhos. E é nessa oportunidade que nós mantemos contato com a Polícia Rodoviária Federal. É nessas ações e também na prevenção, sensibilizando os caminhoneiros, as cooperativas de táxi, que são infelizmente os grandes vetores da exploração sexual também, embora sejam igualmente grandes aliados quando sensibilizados. Quero ressaltar

o trabalho que vem sendo feito na cidade de Guarulhos, desde 1997. Nos últimos 3 anos, através desse Governo, essa questão veio com muito mais força e visibilidade.

Temos observado a importância dos acordos, dos tratados e das convenções que o Brasil tem encaminhado e celebrado. Está aqui a Izabel, que é uma oficial de ligação de Portugal. É muito importante essa ligação que existe do Governo brasileiro com os demais países no que tange às informações. Eu pude presenciar, através de uma viagem de estudos patrocinada pelo Escritório de Drogas do Brasil, a importância dessa ligação que existe sobretudo com a Espanha e Portugal. No aeroporto, eu recebo as vítimas do tráfico internacional, mulheres que estavam em inúmeras regiões de Portugal, nas ilhas, que contam com detalhes de como foram aliciadas, de onde vieram, por que foram etc. Ao ouvir a fala de cada um dos senhores, passava pela minha cabeça um verdadeiro filme sobre a declaração de cada vítima que eu atendo no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Como é importante o trabalho e a sensibilização dos funcionários da Assistência Consular. Essas vítimas precisam ter a exata noção da importância do Serviço Consular Brasileiro no exterior. E aqui eu deixo a nossa proposta de que o Ministério possa realmente, através de cursos, sensibilizar os senhores que atuam nesses serviços de Assistência Consular com relação à questão do tráfico, sobretudo da exploração sexual de mulheres. A Priscila citou o caso de uma vítima que veio com severas críticas com relação à Assistência Consular. Eu confesso que atendi algumas vítimas em janeiro, no aeroporto, trazendo realmente notícias de dificuldades de encaminhamento de suas questões frente ao Serviço Consular. Mas também recebi vítimas que trouxeram notícias boas da Assistência Consular. Então, é nesse sentido que devemos proporcionar a esses funcionários que atuam nesses serviços consulares uma melhor condição para atuar e ter essa sensibilização.

Agradeço muito por essa oportunidade. O Estado de São Paulo, através da Secretaria Nacional de Justiça, está para concluir uma pesquisa realizada no Aeroporto Internacional de Guarulhos, por cerca de 45 dias, no início do ano. Acredito que, com o resultado dessa pesquisa, possamos ter um serviço permanente na cidade de Guarulhos. Eu cheguei a atender, num vôo só, 71 brasileiros vindos

do México, muitos deles sem tomar banho, carregando apenas um saco de roupas, outros que tomavam banho naquelas pias da ala restrita do aeroporto. A Priscila citou a revista de Guarulhos. Estou com ela aqui. Essa notícia é de ontem. Essa revista foi distribuída ontem na cidade de Guarulhos. Se nós tivemos 7.012 brasileiros deportados que passaram pelo Brasil, retornando no primeiro semestre,3.770 vieram do México, pelo nosso aeroporto, o Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Sabemos que é um serviço caro, um serviço permanente, 24 horas por dia, mas acreditamos que o resultado dessa pesquisa poderá respaldar uma política pública para esse atendimento. E quero enfatizar rapidamente o fantástico trabalho da Polícia Federal. Somos parceiros. Graças à Polícia Federal, a entidade pode acolher essas vítimas. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Agradeço à Sra. Dalila.

Gostaria que os manifestantes usassem da palavra por 3 minutos. Já são 17h09min e no plenário deve estar tendo alguma votação.

Concedo a palavra à Sra. Marise Nogueira, diplomata da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty.

A SRA. MARISE NOGUEIRA – Boa tarde, Sra. Deputada, senhores componentes da Mesa, demais participantes desta audiência pública.

Sou da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty, que está vinculado ao Departamento de Direitos Humanos. Estou aqui representando a Diretora-Geral do Departamento.

Já encontrei vários de vocês em outras reuniões sobre esse assunto. Temos nos comprometido cada vez mais com uma participação mais efetiva do Itamaraty no assunto, participação esta que já existe e é significativa. O Conselheiro Hélio Póvoas, na sua intervenção, abordou particularmente a questão consular. Cabe à Divisão de Temas Sociais tratar do assunto no viés político que tem no Itamaraty.

O tráfico de seres humanos é tratado na Divisão de Temas Sociais pelo viés da exploração sexual comercial, ou seja, do trabalho forçado, sob a perspectiva de gênero, de raça, ou seja, de respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, estamos totalmente envolvidos no assunto, particularmente quando nos lembramos de que 80% dos seres humanos vítimas de tráfico são mulheres.

Eu gostaria, nesse breve intervenção, de lembrar que da mesma forma que a sociedade civil e o Governo brasileiro têm procurado tomar medidas internas para abordar tanto os fatores que levam ao tráfico quanto a coibição do tráfico, ou seja, dar assistência a esse problema, o Itamaraty tem procurado demonstrar isso nos fóruns internacionais de que participamos. Não vou falar aqui apenas de tratados e convenções que o Brasil ratificou e que tratam do assunto, mas também de uma atitude proativa de levar o tema a outros fóruns internacionais.

Na verdade, temos ainda a particularidade de sermos procurados por organismos internacionais muitas vezes com propostas muito sérias nessa área.

Temos um compromisso assumido e o firme propósito de participar disso da forma como a sociedade brasileira melhor entender.

Estas são as palavras que eu gostaria de deixar aqui, em nome da Divisão de Temas Sociais, lembrando que a articulação de ações de combate ao tráfico de seres humanos faz parte dos órgãos de Governo, envolve a sociedade brasileira como um todo e, dentro do Itamaraty, é multissetorial. Ou seja, o Conselheiro Hélio representou a Divisão Consular, eu represento a Divisão de Temas Sociais e ainda existe a Coordenação de Ilícitos Transnacionais. Todos cuidamos do assunto.

Estamos à disposição de V.Exas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Agradeço à Sra. Marise Nogueira.

Concedo a palavra ao Sr. Pedro Pontual, do Projeto Disque-Denúncia, da Subsecretaria de Direitos Humanos.

O SR. PEDRO PONTUAL – Boa tarde a todos da Mesa.

Para complementar as informações sobre os trabalhos de enfrentamento ao tráfico de seres humanos, trago outros dados. A Secretaria Especial de Direitos Humanos, criada em 2003, assumiu toda responsabilidade pelas políticas de trabalho com crianças e adolescentes.

A Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República continua responsável por essas política e des-

de 2003 mantém serviço de disque denúncia, que recebe todo tipo de denúncia que se refere à violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, desde maus tratos até abuso e exploração sexual, inclusive exploração sexual comercial.

Essas denúncias são recebidas pela Secretaria e encaminhadas aos Ministérios Públicos dos Estados, à Polícia Federal – muitas vão acabar na mesa do Dr. Renovato – , às várias organizações que provêm atendimento, às delegacias de polícia.

Essas denúncias funcionam como termômetro, trazem algum dado sobre o fenômeno no Brasil. Apesar de não serem precisos, são denúncias ainda não comprovadas, mas nos indicam onde acontecem os problemas e onde a situação é mais séria.

Esse Disque-Denúncia é mantido desde o ano passado por meio de convênio com a PETROBRAS, que começou esta semana campanha nas estradas contra o tráfico nacional de crianças e adolescentes, que é a exploração sexual. Caminhoneiros param em postos, pegam as meninas e as deixam em outros postos, existe todo um comércio nesse sentido.

A Secretaria de Direitos Humanos trabalha com a Polícia Rodoviária Federal, com a Confederação Nacional de Transportes, com a Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente, do Congresso Nacional, e com a PETROBRAS.

A idéia é sentir as denúncias para que possamos não só ajudar aquelas crianças e adolescentes que têm seus direitos violados, mas também compreender melhor o fenômeno e como ele acontece no País.

A Secretaria de Direitos Humanos tem trabalhado com a Comissão Intersetorial de Enfrentamento de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da qual fazem parte vários Ministérios, que têm algum envolvimento com o tema, com a Frente Parlamentar pela Criança e Adolescentes, com várias organizações, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho, do UNICEF, e discutem propostas de políticas para enfrentamento da exploração sexual.

A Secretaria de Direitos Humanos também realizou diagnóstico prévio, que foi chamado de matriz de enfrentamento, com dados da PESTRAF, Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, já mencionado pelo

Dr. Renovato; com dados da CPMI, já mencionados pela Deputada Maria do Rosário, e com dados do mapeamento que a Polícia Rodoviária Federal faz todos os anos sobre a exploração sexual nas estradas federais brasileiras e também com dados do Disque-Denúncia, que entrou na filosofia de que onde há fumaça há fogo. Temos hoje lista de 930 Municípios onde acontece exploração sexual. A Secretaria tem serviço, com o Ministério da Justiça, de crianças desaparecidas. Todas as denúncias de crianças desaparecidas são colocadas em um banco de dados com fotos e outros dados, e hoje esse registro mostra que já foram denunciados 12 desaparecimentos de crianças, das quais 8 delas já foram encontradas, 3 eram meninos. Sabia-se que esses desaparecimentos estavam ligados especificamente ao tráfico de seres humanos.Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Agradeço ao Pedro Pontual a participação.

Começou a Ordem do Dia, mas vou conceder a palavra rapidamente à Isabel Burke, Adida Civil da Embaixada de Portugal.

A SRA. ISABEL BURKE – Agradeço à Comissão o convite, não só por estar no Brasil, mas por estar presente na Câmara do Deputados e ter possibilidade de falar.

Começo por dar os parabéns a todos, porque visível o esforço que o Governo brasileiro, as ONGs, a sociedade civil têm feito em torno desse tema. Estou aqui há um ano e conheço muitas das pessoas presentes e realmente vejo que algo de muito positivo está sendo feito. É o que tenho transmitido ao meu Governo.

Tenho uma pergunta a fazer. Ouço falar sobre a CPMI de emigração, mas tenho notado que o foco é a vertente dos Estados Unidos. A preocupação é maior com os brasileiros presos nos Estados Unidos e com a ação dos "coiotes" para a travessia a partir do México, porque há muitas mortes associadas à tentativa de entrada ilegal nos Estados Unidos.

Pergunto se a CPMI também se interessa pelos problemas que ocorrem na Europa, porque a cada brasileiro que vai para a América do Norte 2 outros vão para o nosso continente. Enquanto a maioria dos cidadãos brasileiros vão para a Europa trabalhar, em sua grande maioria, como mão-de-obra desqualificada, no campo ou em bares, etc., a verdade é que uma percentagem muito grande das mulheres

brasileiras vão para a prostituição. É um número significativamente maior do que aquelas que vão para os Estados Unidos.

Aproveito a ocasião para comentar algumas intervenções. Falou-se sobre a necessidade de se desmascarar o conceito de consentimento. Efetivamente, o Protocolo de Palermo já decidiu que o consentimento da vítima não é relevante para o processo. Mas a verdade é que o aliciamento é muito mais difícil de se combater.

Ao contrário do que muitas vezes se fala, as estatísticas sobre aliciamento são baseadas em casos de insucesso. Se falarmos aqui sobre o caso das mulheres que voltaram da Europa em situação psicologicamente muito fragilizada, como ocorre com a grande maioria, devemos também nos lembrar que algumas voltam financeiramente mais fortes, compram suas casas, dão melhores condições de vida a seus filhos, montam seus negócios, e a partir daí o fator de atração é muito maior.

É muito difícil explicar às mulheres brasileiras que querem ir à Europa para se prostituir que não devem fazê-lo, porque podem correr risco de maus tratos e de serem vítimas das redes de exploração sexual.

Devemos ter ciência de que, efetivamente, pelo menos em alguns países, dentre eles Portugal, a grande maioria das mulheres – eu diria mais de 90% – está voluntariamente em casas de prostituição e não quer de lá sair, pois ganha mais dinheiro lá do que ganharia em qualquer outra profissão lá ou cá. Inclusive há mulheres que ganham mais do que qualquer um de nós. Se tentarmos explicar-lhes o empoderamento, os programas de apoio às testemunhas, não teremos uma única voluntária que queira integrá-los. Muito ao contrário.

Portanto, o caso é grave. E diria mais: conheço o trabalho que tem sido realizado no Aeroporto de Guarulhos, mas infelizmente a maior parte das mulheres vítimas das redes de exploração sexual sequer passa pela Polícia Federal, muito menos pela ONG que exerce suas atividades em Guarulhos. A grande maioria das pessoas que a ONG recebe é de quem teve recusada a entrada em Portugal ou em outros países. No caso de Portugal, são aquelas pessoas que não reuniram as condições necessárias à entrada e voltaram ao Brasil sem sequer colocar um pé em Portugal. Muitas vezes elas se encontram

em situação fragilizada por terem vendido tudo, contraído dívidas para apostarem em um sonho que restou frustrado.

Já conversei com a Dalila sobre o assunto e é fato que a grande maioria, se puder, tenta outra rota de entrada em Portugal.

Portanto, essa forma de escravidão é um ponto de interrogação muito grande. Se há tráfico de seres humanos, efetivamente há pessoas que estão sendo aliciadas, mas não pelo crime organizado como normalmente conhecemos, a exemplo do que ocorre com o tráfico de drogas e de armas. Em geral, o aliciamento é feito por redes quase domésticas, familiares, que levam essas garotas que espontaneamente desejam ir à procura de uma vida melhor para elas e para os seus. É muito difícil tentarmos impedir isso.

Claro que tratamos do assunto em Portugal mais como imigração ilegal para fins de prostituição. A solução, sem dúvida, é um trabalho de prevenção, o qual deve ser realizado nos países de origem e também nos de destino.

Os países de destino também têm sua cota de responsabilidade, mas a resposta, nos países de origem, está na educação e no desenvolvimento. Não são tarefas fáceis, como todos sabemos. Portanto, não é algo que se consiga resolver a curto prazo.

Na seara da repressão, também o papel da Polícia Federal é fundamental. É um órgão que se tem mostrado incansável e sempre solícito quando chamado. Mas acho que seria essencial a designação de um delegado ou outro representante da Polícia Federal para trabalhar junto aos países de destino, porque, pelo menos na Europa, não encontramos essa pessoa.

Sou policial e minha função é precisamente tentar combater esse fenômeno. Sinto a falta de uma pessoa em Portugal, presença necessária para que as informações possam ser trocadas mais rapidamente e com maior qualidade.

Eu ainda teria algo a dizer, mas meus 5 minutos se esgotaram.

Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Obrigada. Infelizmente nosso tempo é exíguo, principalmente porque começamos a reunião com um pouco de atraso.

A última a falar – até porque esta Presidência não poderia deixar de dar-lhe esta oportunidade – é a Vice-Presidenta do Conselho da Condição Feminina de São Paulo.

A SRA. MONA ZEN – Boa tarde a todas e a todos. Não tenho muito a acrescentar, quero parabenizar a Casa pela importância de fomentar o debate de um tema que, infelizmente, ainda vive na invisibilidade neste País. Rompê-la é tarefa dura a cargo de todos os órgãos e militantes – como é meu caso, sou do movimento feminista – para que consigamos atingir a opinião pública.

Lembro-me bem de que, quando discutíamos a questão da violência doméstica, diziam que tal violência não existia. E sofremos a vida inteira porque havia um assentimento social ao comportamento que se refletia no conhecido dito popular: Em briga de marido e mulher ninguém bota a colher. A cada passo adiante, outros 10 passos eram dados para trás, em razão desse maldito ditado.

Devo dizer que essas mulheres que vão ao exterior para servir à prostituição voltam com auto-estima comprometida, apenas com uma muda de roupa e portadoras de doenças sexualmente transmissíveis, além do grande comprometimento psicológico. Não conheço mulheres que voltaram com dinheiro. Se há algumas nessa situação, posso dizer que são muito poucas. O convívio com a exploração e com os maus tratos é a regra.

Portanto, tenho muito medo de citar como exemplo mulheres que voltam e refazem suas vidas, porque devem ser a minoria da minoria. É o nosso alerta.

Gostaria de aproveitar, ao discutir esse tema gravíssimo em nossa sociedade, mas não só nas sociedades latino-americanas, para também abordar a situação dos meninos que também são aliciados pelas redes de tráfico de seres humanos. Sabemos que em alguns países europeus preferem-se meninos a meninas. Gostaria, portanto, de que nos aprofundássemos na discussão sobre a situação desses meninos.

Por fim, quero parabenizar a Deputada Federal Luiza Erundina, bem como os demais Parlamentares e entidades envolvidas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Obrigada, Mona Zen.

Apesar de no plenário já ter-se iniciado o processo de votação, não poderia deixar de dar oportunidade aos nossos convidados para suas considerações finais.

Agradeço aos expositores que, com presteza, atenderam nosso convite.

Por ordem, concedo a palavra à Sra. Marina Oliveira.

A SRA. MARINA OLIVEIRA – Reitero meus agradecimentos pelo convite. Foi muito rica para nós a experiência de participar desta audiência pública. As colocações e proposições da Deputada Luiza Erundina são todas muito boas. Acho que, de parte da Secretária Cláudia Chagas, com quem eu trabalho, posso dizer que será um prazer aqui comparecer. Transmitirei a ela que, em breve, a Comissão irá enviar-lhe um convite. Tenho certeza de que a Secretária se colocará à disposição para discutir a proposta do projeto de lei ou outro encaminhamento a partir desta reunião.Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Passo a palavra ao Sr. Eriosvaldo Renovato.

O SR. ERIOSVALDO RENOVATO – Gostaria de agradecer à Comissão pela oportunidade a mim concedida de passar a experiência da Polícia Federal no enfrentamento desse fenômeno.

Informo à Sra. Deputada Luiza Erundina que o diagnóstico já está sendo feito desde o início do ano. Devo dizer, ainda, que já há articulação de nossa parte com adidos civis e oficiais dos principais países de destino para que enviem à Polícia Federal o nome de todas as mulheres deportadas. Assim que eu obtiver tais informações, poderei fazer um preciso diagnóstico de onde ocorre o tráfico de mulheres no Brasil.

Também informo à Sra. Deputada que a Academia Nacional de Polícia Federal estará promovendo – acredito que no início do mês de outubro deste ano – um encontro internacional onde haveremos de contar com a presença dos principais adidos policiais ou ministros conselheiros de países de origem e de destino. O objetivo é somarmos nossas experiências e buscar as melhores práticas adotadas nos países de origem para enfrentar esse fenômeno no Brasil. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Passo a palavra à Sra. Priscila Dulce.

A SRA. PRISCILA DULCE DALLEDONE SIQUEIRA – Agradeço e peço desculpas se me emocionei um pouco. Fazer o quê? Sou italiana, não tem jeito.

Cada vez mais devemos ligar a questão do tráfico à questão da migração. Desta forma, retiraremos do assunto toda a influência moralista que possa vir à tona. Há um limite muito tênue entre a imigrante ilegal e a prostituta. Elas não são a mesma coisa, mas a imigrante ilegal está em situação de vulnerabilidade que facilmente a faz cair na rede das máfias internacionais. Acho que, nesse contexto, o papel da OIT e de outras organizações é extremamente importante, inclusive para a proposta de modificação na legislação dos países de primeiro mundo. Por exemplo, um cidadão alemão pode se casar com qualquer mulher estrangeira e, contanto que não tenha filho, pode em 3 anos dispensar a mulher, que voltará ao País sem cidadania alemã. Na Noruega – outro exemplo – permite-se que o casamento se estenda por até 2 anos. Mas observamos que nesses países os homens vão trocando de mulheres de 3 em 3 anos, principalmente mulheres asiáticas. Ora, qual homem não quer isso? E eles se cuidam para não ter filhos, claro.

Então, existe todo um trabalho que precisa ser feito para modificar a legislação dos países do primeiro mundo. Por exemplo, os Estados Unidos perigosamente estão falando sobre a questão da imigração identificada com prostituição. Trata-se de subterfúgio para que possam aplicar uma legislação muito mais restritiva. E o Mercado Comum Europeu idem. De repente, sob o pálio do discurso de defesa do imigrante, acaba-se por oprimi-lo ainda mais.

Creio que a discussão deve ser feita com muita clareza.

Quando a minha amiga Deputada Luiza Erundina disse que esta Câmara dos Deputados não poderia resolver a questão, eu discordei. Apenas o fato de se propor a criação de um fórum permanente para dar subsídios à discussão já é um início.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Obrigada, Sra. Priscila Dulce.

Concedo a palavra ao Sr. Hélio Póvoas.

O SR. HÉLIO PÓVOAS – Acho que todos saímos de alguma maneira enriquecidos desta reunião. Por mais especializado que sejamos em nossas áreas de atuação, sempre nos beneficiamos de

observações vindas de outros setores, de maneira que reitero a satisfação de ter participado desta audiência pública.

Fiquei particularmente impressionado com a primeira intervenção da Priscila, um discurso vibrante – como comentou a própria Deputada Luiza Erundina – , de coração, embora tenha tido aspectos muito racionais.

Surpreendeu-me, sobretudo, a informação de que determinado consulado não teria recebido uma prostituta. O dado é bastante surpreendente. Claro que não me compete colocar em dúvida o relato, mas acho pouco verossímil que possa ter ocorrido nas condições descritas. Primeiro, porqueos brasileiros que freqüentam a rede consular brasileira não chegam com a profissão identificada, quer dizer, não se sabe quem é quem, se é eletricista, pintor, prostituta ou travesti. De maneira que a condição do freqüentador do consulado não é conhecida.

Em segundo lugar, não caberá ao Cônsul, chefe da repartição, receber todos os brasileiros que lá chegarem? Seria ignorar a realidade dos nossos consulados. Não sei exatamente em qual consulado teria ocorrido o fato, mas seria como dizer que os gerentes do Banco do Brasil não atendem pessoas que exercem determinadas profissões. Para dar um exemplo, a Caixa Econômica tem milhares de agências espalhadas pelo Brasil. Não será porque determinado gerente, em determinado dia, não recebeu determinada pessoa que contaminaremos todo um juízo que aponta para o nosso esforço de bom atendimento.

Em nosso caso, fazemos essa verificação com todo rigor. Devo informar que temos caixas postais eletrônicas, eu próprio recebo 60, 70 ou 100 mensagens por dia com comentários de brasileiros que freqüentam nossa rede consular. Por vezes ocorrem até alguns elogios. Às vezes acontece, são distrações que ocorrem. “Vocês salvaram a minha vida; vocês orientaram meu filho, meu primo etc.”. Portanto, sou testemunha desse atendimento.

Fui Cônsul em Roma durante 3 anos, de 1995 a 1998, por 3 anos e meio. Devo ter recebido centenas de travestis e prostitutas, no entanto não posso dizer que este seja o padrão de todos os nossos consulados. Porém, há situações em que é necessário esse contato direto, mas em outros momentos essa necessidade não se coloca.

Voltando ao exemplo do banco, por vezes somos atendidos pelo gerente de atendimento, no guichê ou no caixa automático, sem que necessariamente isso signifique descaso da gerência.

Para começar, todos os nossos consulados têm uma equipe de pessoas que recebem os brasileiros, dentre eles estão os contratados locais, todos por concursos rigorosos, sujeitos à legislação hierárquica e administrativa interna, podendo ser demitidos a qualquer momento, desde que haja justificativa. O atendimento é realizado também por nosso corpo profissional de oficiais e assistentes de chancelaria, carreira paradiplomática, por vezes até pelos próprios diplomatas. Portanto, existe todo um segmento de pessoas que trabalham no atendimento. Dependendo do caso, se uma pessoa vai ao consulado para fazer autenticação de um documentos, será ridículo julgarmos que terá ela que falar diretamente com o Embaixador, que é o chefe da missão.

Portanto, a boa vontade de receber existe. Posso assegurar que não há qualquer preconceito quanto à profissão, partido político ou legalidade da pessoa no território do país. Não trabalhamos com preconceitos, mas sim com o conceito de "brasileiro". Se é brasileiro, merece nossa atenção e atendimento. Cometemos falhas, claro que sim. Temos uma rede de 130 ou 140 postos espalhados pelo mundo, mas nosso esforço é sempre no sentido de melhorar o trabalho prestado. Já temos caixas postais eletrônicas. Hoje, com a comunicação on-line, evidentemente as informações podem ser passadas com maior rapidez. E há setores específicos no Itamaraty para essa prestação de serviços.

Podemos observar, ainda, que nos consulados temos caixas de sugestões e críticas abertas pelo próprio chefe do posto. Não há o procedimento realizado pelas companhias aéreas, onde a reclamação do Comissário de bordo é aberta pelo próprio, que a rasga e não deixa que chegue à diretoria da empresa.

Claro que devemos melhorar, mas posso lhe garantir que não há qualquer programa sistemático nos consulados para evitar o atendimento a brasileiros que exerçam determinadas profissões ou que sejam de determinados partidos políticos ou cor matizada. Esse tipo de preocupação não existe. Preocupamo-nos em atendê-los da

melhor maneira possível. Se há falhas, é porque a natureza humana, como sabemos, é falível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Obrigada, Sr. Hélio Póvoas.

Concedo a palavra à Sra. Aparecida Gonçalves.

A SRA. APARECIDA GONÇALVES – Vou ser breve, inclusive para liberar as Deputadas para a votação em plenário. Em nome da Ministra Nilcéia Freire, agradeço o convite formulado à Secretaria. Nossos agradecimentos também em nome dos nossos parceiros do Grupo de Trabalho: a Cristina Vilanova, da SENASP; a Cláudia Dias, da OIT; o Pedro Pontual, da Secretaria de Direitos Humanos; o Delegado Eriosvaldo Renovato, da Polícia Federal e do Ministério da Justiça, enfim, o grupo de trabalho que desenvolve suas atividades para a capacitação dos policiais e, por conseqüência, avança também na questão de formulação de políticas.

Colocamo-nos à disposição desta Comissão para que as Deputadas também possam trabalhar junto ao nosso grupo.

Em nome da Ministra e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, devo dizer que as propostas da Deputada Luiza Erundina são bem-vindas. Chamar a Ministra Nilcéia Freire à discussão será importante. Acho que poderíamos convidá-la para o debate na próxima audiência.

Devo dizer que, não obstante a existência desse grupo de trabalho, é muito importante a constituição do fórum preconizado por esta Casa, para fortalecer o debate institucional e o encaminhamento das propostas.

Acredito que tanto o Ministério da Justiça quanto a nossa Secretaria estarão à disposição para discutir a proposta de apresentação de projeto de lei e assumir algumas responsabilidades na condição de órgãos do Poder Executivo. Sem problemas, não há óbices.

Gostaria de reforçar a idéia do tribunal. Achei fantástica a sugestão. Vai-se dar maior visibilidade à questão. Havíamos trabalhado no grupo sobre a possibilidade de o encerramento da capacitação de policiais nas várias regiões se dar com um seminário ou um debate internacional. Talvez possamos juntar as duas idéias. Será fantástico, se esta Casa assim o permitir.

Agradecemos o convite e achamos muito importante o debate e a integração entre Legislativo, Executivo e sociedade civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Almerinda de Carvalho) – Agradeço à Sra. Aparecida Gonçalves, ao Deputado Nelson Pellegrino e ao Sr. Luiz Antonio Camargo de Melo.

Estendo nossos agradecimentos aos expositores, Parlamentares e demais convidados que contribuíram para o êxito desta nossa reunião.

Em especial parabenizo a Deputada Luiza Erundina pela realização da presente audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião de audiência pública, antes convocando a próxima reunião ordinária para o dia 24 de agosto, às 14 horas, no Plenário 3.

Esta encerrada a sessão.

Lista de participantes

ALEXANDRE REIS	Coordenador da Subcomissão Temática de Enfrentamento à Pedofilia on Line e à Pornografia Infantil na Internet
CRISTINA GOSS VILLANOVA	Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública
DALILA EUGENIA M. DIAS FIGUEIREDO	Conselho consultivo do escritório de atendimento à vítima do tráfico/SP
GABRIELA GOULART	Usaid/Pommar (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional)
GIOVANNI COSTA DI MAMBRO	Chefe da Divisão de Combate ao Crime/Polícia Rodoviária Federal
ISABEL BURKE	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Embaixada de Portugal
JOVELINA APARECIDA LUSTOSA	Defensoria Pública da União
KARIN WALLESNTEIN	2ª Secretária – Embaixada da Suécia
LUIS ANTONIO CAMARGO DE MELO	Conselheiro da Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho
MARISE NOGUEIRA GUEBEL	3ª Secretária e Assessora da Divisão de Temas Sociais
MONICA MARIA FERNANDES DA LUZ	Defensoria Pública da União
PEDRO PONTUAL	Secretaria Especial de Direitos Humanos
FERNANDO DE JESUS SOUZA	Departamento de Polícia Federal
ROSSANA MARIA DO AMARAL BARROS	Procuradoria Geral da República
ADRIANA BAMBERG	Servidora Pública/Tribunal de Contas – MG

Siglário

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASBRAD – Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude
CLP – Comissão de Legislação Participativa
COCIT – Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EUROPOL – European Police Office
INTERPOL – The International Criminal Police Organization
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
PESTRAF – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
PT – Partido dos Trabalhadores
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SMM – Serviço à Mulher Marginalizada
SP – São Paulo
UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância
UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime
USAID – United States Agency for Internacional Development
VARIG – Viação Aérea Rio-grandense

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

ISBN 978-85-736-5495-0

9 788573 654950